

**---N.º8/2013 ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE. -----**

--- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, a Assembleia Municipal deste Concelho, para prosseguimento da reunião de dezoito de dezembro do corrente ano com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS-----**

---**PRIMEIRO**- Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)-----

---**SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de desafetação do domínio público para o domínio privado do Município a parcela de terreno, com a área de 245 m<sup>2</sup> identificada na planta em anexo, sita na Praça D. Maria II, da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, deste Concelho, para doação à Fundação Cupertino de Miranda. (Grelha E)-----

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2014 e respetivas propostas anexas. (Grelha A) -----

---**QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para apoiar as Freguesias nos termos do número um e dois da proposta apresentada, bem como a validade da deliberação pelo período do atual mandato. (Grelha D) -----

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais compreendendo a estrutura nuclear, número de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa e dos titulares das subunidades orgânicas de 3º grau. (Grelha D)-----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA-----

---ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----  
---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU**-----  
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----  
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----  
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----  
---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----  
---AVELINO FREITAS SILVA-----  
---BRUNO SILVA CAMPOS-----  
---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO BATISTA PEREIRA-----  
---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO R. FARIA -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----  
---CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO-----  
---CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----  
---DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----  
---DOMINGOS DE SOUSA COSTA-----  
---FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----  
---FIRMINO VILA VERDE COSTA -----  
---GERMANO ANTÓNIO DA SILVA ARAÚJO-----  
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----  
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----  
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----  
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO-----  
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----  
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO -----  
---JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----  
---JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----  
---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----  
---JOSÉ MANUEL OLIVEIRA LOPES-----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----  
---LÍCINIO ANTÓNIO PEREIRA PINTO -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----

---MANUEL AZEVEDO SILVA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
---MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----  
---MANUEL MARTINS COSTA -----  
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----  
---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----  
---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES -----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----  
---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----  
---PAULO JORGE LOPES COELHO -----  
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----  
---RAQUEL ALMEIDA PINTO -----  
---RAUL DUARTE AGUIAR TAV. BASTOS-----  
---RITA ISABEL DE AZEVEDO SOUSA CRUZ-----  
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----  
---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES -----  
---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----  
---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----  
---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----  
---VÁNIA ALEXANDRA ARAÚJO GRILO O. MARÇAL -----  
---VITOR TORRES PEREIRA -----  
--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----  
-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----  
---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** –  
Deu início á sessão, propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu início à ordem de trabalhos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**TERCEIRO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2014 e respetivas propostas anexas. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Estamos hoje aqui, perante o Orçamento e as grandes opções deste Executivo para 2014 que é simultaneamente o primeiro deste Executivo. Mas infelizmente, e contrariando todas as expectativas, é mais do mesmo. É um Orçamento que cai 11,5% menos 10 milhões de euros relativamente ao de 2013. E esta é infelizmente uma tendência que se vem acentuando nos últimos anos. Quem não se lembra das afirmações da maioria nesta assembleia, por exemplo no Orçamento para 2010, em que exaltavam a alto e bom som que o Orçamento para esse ano de mais de 96 milhões de euros era um grande feito. Diziam na altura que um Município que tinha um Orçamento dessa envergadura e que ainda por cima o aumentava, era sinónimo da capacidade de um executivo. E então o que dizer agora, que o Orçamento baixa 10 milhões de euros relativamente ao ano anterior? E que este Orçamento é inferior em 20 milhões de euros menos 19% em relação a esse Orçamento de 2010. Realmente outros tempos. O que será que vão dizer agora? Na altura em 2010 também lançavam foguetes e fogo-de-artifício, esta realmente uma especialidade desta maioria, temos de o reconhecer, de que o aumento da verba inscrita nesse Orçamento e o seu aumento, não era devido a um aumento do peso da tributação no cômputo da receita global. Estamos expectantes ou talvez não para saber o que vão dizer agora, visto que neste Orçamento não só o peso da tributação aumenta mais de 10% relativamente ao cômputo da receita global, como o seu valor absoluto também aumenta, tendo a verba prevista um aumento de cerca de 20%, mais de 4 milhões de euros. Isto tudo, apesar do Orçamento ser inferior em quase 20 milhões de euros relativamente a esse ano. Ou seja, apesar do Orçamento ser inferior em 20 milhões de euros, a tributação é superior em 4 milhões de euros. Palavras para quê? Mas para poupar Vossas Excelências nem sequer vou escamotear esses números. Vou-me centrar somente na comparação deste Orçamento com o de 2013. Vou-me centrar desde o período em que o Senhor Presidente da Câmara, afirmava nesta assembleia e passo a citar:- “nós não aumentamos imposto”. Fim da citação. Logicamente que já provamos, que nem sempre o Senhor Presidente faz aquilo que diz, mas passemos então aos números. A derrama, aumenta 636 mil euros, mais 10%. O imposto de circulação aumenta 21%, mais 466 mil euros. E então o IMI, aquele que baixava? É meus amigos afinal o IMI não baixou, a receita prevista em IMI aumenta mais de 1,1 milhões de euros mais 10%.

Só nestes três impostos o aumento é de mais de 2,2 milhões de euros aos quais ainda podemos acrescentar outros, como a participação no IRS. Senhor Presidente, se este aumento acontece quando Vossa Excelência afirma que os impostos não aumentam, nem queremos imaginar como será quando anunciar que eles irão aumentar. Mais vale entregarmos-lhe logo a chave do carro e da casa! Mas infelizmente esse esforço de todos os famalicenses continua a ser desbaratado naquilo que esta Câmara é exímia a fazer por muito que digam o contrário: as festas, as festarolas, os assessores, enfim tudo menos investimento, tudo menos ajudar realmente as pessoas, a resolver os gravíssimos problemas porque passam. Era isso que se exigia, infelizmente não é esse o caminho definido. Quando olhamos para este Orçamento para ver onde é que a Câmara pretende gastar o esforço dos famalicenses o que verificamos? Em investimento não é, porque esse cai quase 30%. E se considerarmos que parte do investimento impresso neste plano já está no terreno ou mesmo finalizado, ainda salta mais á vista a pobreza que representa este Orçamento. Isto já para não falar da tão apregoada transparência, que afinal o ranking da transparência municipal deita por terra, sim porque realmente um 56º lugar nesse ranking, de certeza que não é sinónimo de que estamos no pelotão da frente, do Município ser um exemplo de transparência, por muito que queiram dizer o contrário. Mas em contrapartida as despesas correntes aumentam 3%, que vêm o seu peso aumentar no cômputo da despesa global quase mais 10%, sendo mesmo em valor, superiores às apresentadas no Orçamento para 2010, lembram-se? Ou seja, apesar de este Orçamento ser inferior em 20 milhões de euros ao desse ano, as despesas correntes são ainda superiores em valor a esse ano. Por muito que queiram arranjar desculpas, elas não existem. São as festas e festarolas. É um Município que está entre aqueles que mais gasta com assessores, um Município onde se constrói estátuas com um custo que não se sabe qual é, onde se constrói rotundas que beneficiam grandes superfícies sem qualquer contrapartida. Aliás, o próprio Plano de Atividades corrobora esta situação. Só a título de exemplo, enquanto temos sete medidas explícitas de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social e quatro principais atividades no domínio da rede social, no que concerne à grande especialidade desta Câmara a animação cultural, essa tem quinze principais atividades, como por exemplo:- Projeto Lenço das Madrinhas de Guerra, passando pela iniciativa Pork and green wine feast, a relembrar o famoso porco no espeto com ar internacional. Realmente está vista a especialidade desta Câmara. Isto é o que fica. Mas como enquanto há vida, há esperança, sempre que temos um novo plano, temos esperança de que algo de novo venha aí. Infelizmente este é mais do mesmo. Só nos resta mesmo a esperança. -----

---**GERMANO PEREIRA (PSD)** – Estamos hoje aqui, para dar continuidade à Assembleia que se iniciou ontem e para dar continuidade ao ponto nº3 da Ordem de trabalhos. Ontem foi dito aqui que o Concelho de Vila Nova de Famalicão se encontrava na posição 182, resultado de um estudo sobre

a qualidade de vida e os Municípios, e que em 2009 para 2012 o ranking caiu 107 posições. Pois bem, o resultado deste estudo parece-me uma verdadeira antagônia com o que se vem a sentir e com o que se constata em Famalicão. -----

---Famalicão hoje, é o melhor Concelho para estudar.-----

---Famalicão, é um Concelho familiarmente responsável. -----

---Famalicão, é uma referência a nível da Ação Social.-----

---Famalicão, é o terceiro maior exportador do País.-----

---Famalicão, tem uma taxa de desemprego abaixo da média nacional.-----

---Famalicão, é conhecido como um Concelho empreendedor.-----

---A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, é uma das Câmaras que melhor paga aos seus fornecedores. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tem uma taxa de endividamento baixa e as suas políticas nos últimos anos tem contribuído para a dívida baixar. Famalicão é considerado um Município exemplar e resultado disso, são as pessoas que cada vez mais procuram viver em Famalicão. Procuram Famalicão para viver e isso é expresso nos últimos Censos, em que a povoação está a aumentar. Tive alguma curiosidade para conhecer o estudo e ler as suas conclusões, mas caros senhores, não consegui ler as conclusões porque elas não existem, inclusive os autores do referido estudo não conseguem explicar alguns resultados, imagino que seja o caso de Famalicão que não seja explicável. Tive a curiosidade de ver qual era a posição dos Concelhos vizinhos, estamos numa zona geográfica comum, temos aspetos culturais comuns, por isso, fiz esta análise e posso dar aqui alguns exemplos: -----

---Braga, como todos sabem é uma das maiores cidades do País, encontra-se na posição 46.-----

---Vila do Conde, encontra-se na posição 71. -----

---Guimarães, encontra-se na posição 241. -----

---Barcelos, encontra-se na posição 254.-----

---Santo Tirso, encontra-se na posição 266.-----

---Trofa, encontra-se na posição 292. -----

Pois bem, caros Deputados, parece que nesta zona todos padecemos do mesmo, todos têm os mesmos problemas e o problema da qualidade de vida é transversal nesta zona. Não quero pôr em causa a idoneidade deste estudo, mas isto parece-me uma coisa do género, em que colher uma amostra nas imediações do Estádio da Luz para apurar o número de adeptos que o Benfica tem em Portugal. Ontem foi dito pela bancada Socialista, que o Executivo do PSD não tem abertura para a oposição, não procura consensos. Foi dito que estas Opções do Plano não levam à coesão social anunciada como um dos grandes objetivos do senhor Presidente da Câmara. Foi dito que o documento apresentado a esta Assembleia não apresenta ações sociais, apenas programas e

projetos. Senhor Presidente da Câmara, felicito-o, felicito-o por não se deixar cair na tentação de usar a fórmula mágica do Partido Socialista, aquela que foi usada há bem pouco tempo pelo Eng. José Sócrates para governar o País. Ou seja, baixar impostos, aumentar despesas igual a dívida, não queremos esta fórmula para Famalicão porque todos conhecemos e sentimos o resultado que ela deu para o País. Quanto aos projetos e programas que este Executivo apresenta no Plano de Atividades, como o programa “Terra Viva”, “Semente Viva” entre outros, eu entendo que, a bancada do Partido Socialista o desvalorize, esta desvalorização surge pelo facto de ainda não terem percebido que os problemas não se resolvem apenas com atirar o dinheiro para cima dos problemas, mas sim, com o envolvimento da comunidade e é através deste projetos e programas que teremos uma comunidade participativa e a contribuir para a afirmação do nosso território. É natural que nestas atividades surjam as tais festas e festarolas, apelidadas pelo Partido Socialista, mas no nosso entender, este tipo de atividades é natural que surjam e que nós chamámos eventos. E para que é que servem estes eventos? Estes eventos servem para afirmar o território, para os famalicenses mostrarem a sua cultura e expor o seu artesanato de forma a catapultar o nome de Famalicão. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Esta proposta do Plano e Orçamento que aqui hoje discutimos para o ano de 2014, enquadra-se na nossa opinião perfeitamente naquilo que são as necessidades que hoje acompanham os famalicenses em geral. Ao longo de toda a proposta denota-se uma grande preocupação em resolver os problemas do presente mas sempre com os olhos Postos no futuro. Trata-se de um Plano direcionado para as pessoas com vista à coesão social e atenuação das injustiças sociais, é notória a preocupação em chegar aos setores mais críticos da sociedade e onde as desigualdades podem ganhar maior relevância. Por isso, não aceitamos as críticas de que este é um Plano que não encaixa naquilo que foram as propostas eleitorais deste Executivo, nomeadamente no setor social. Limitaram-se aqui os críticos a elencar um conjunto de atividades que na sua opinião fazem deste um Plano com vista à atribuição de prémios e gastos incompreendidos, um Plano sem orientação social. Não é verdade senhores Deputados. O que preocupa este Executivo é a concessão de 35 mil livros e fichas escolares a todos os alunos do 1º ciclo. O que preocupa este Executivo, senhores Deputados, é que todas as crianças do 1º ao 4º ano de escolaridade, independentemente da sua condição social ou económica, tenham acesso em processo de igualdade aos livros e uma pasta mágica “a grande aventura, o mundo da carochinha, o segredo dos números, o despertar” entre muitos outros. Isto sim, preocupa este Executivo e é por isso que no próximo ano esta medida representará uma despesa de 260 mil euros. Aliás, medida que os críticos em tempos não concordavam, mas que incluíram no seu último programa eleitoral. Mas este Orçamento não fica por aqui, prevê-se ainda 1 milhão e 400 mil euros para refeições escolares,

1 milhão e 800 mil euros para transporte escolar, cerca de 638 mil euros no apoio às IPS'S, 270 mil euros para o passe sénior, 310 mil euros para o programa “vida ativa”, 441 mil euros para as bolsas de estudo e apoio ao rendimento. Ora, e como diria um dirigente Socialista, basta que façamos as contas. E contas feitas, senhores Deputados, este Orçamento prevê para despesa direta no setor social cerca de 5,5 milhões de euros, é verdade 5,5 milhões de euros. Mas não são estes números, que é certo ambiciosos, nos permitem concluir pelas preocupações sociais que acompanham este Plano e Orçamento. A forte aposta na educação é um sinal claro e da estratégia sustentada que se pretende. A entrada em funcionamento do Centro para a Qualificação e Ensino Profissional e a consolidação do Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola, representam uma preocupação com o presente mas sempre com os olhos Postos no futuro. No plano da Solidariedade Social, a implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Mais, pelas várias Entidades que agrega na sua orgânica, é também ela, uma medida que dará resposta direta e rápida às situações de pobreza e exclusão social. A consolidação das medidas de apoio às pessoas em situação risco de vulnerabilidade, em parceria com as Entidades vocacionadas para o problema realçam também a importância que a consolidação da coesão social assume neste plano. No plano da saúde meus senhores, não há paralelo de um Plano e Orçamento de uma Autarquia Local que tanta atenção e investimento direcionem neste setor. Em tempos de necessários cortes estaduais, este Plano não esqueceu de se colocar ao lado dos famalicenses, assegurando-lhes e garantindo-lhes uma rede de cuidados primários de saúde no Concelho. A construção e modernização de várias instalações da rede de cuidados primários de saúde. A promoção da saúde pública, a promoção da saúde no contexto escolar entre muitos outros, é medida concreta que mostra a preocupação com a saúde dos famalicenses, direito que de resto é absoluto em qualquer cidadão. No plano da habitação, os apoios à reabilitação no parque habitacional, quer privado, quer da jurisdição municipal, contribuirão para alicerçar um dos mais importantes fatores de estabilidade familiar e social. A concretização de uma unidade de alojamento destinado aos jovens é um sinal claro de visão e de crescimento, pois com estes apoios os jovens sentir-se-ão mais confortáveis em Famalicão e certamente ajudarão a potenciar a economia local. Muitas outras medidas poderiam ser aqui enumeradas, escolhemos estas, não por serem mais ou menos importantes que outras, mas porque traduzem claramente o objetivo social que este plano persegue. Daí que, a bancada do CDS/PP não compreenda as críticas que até ao momento foram direcionadas à proposta. Por quanto, é nossa opinião, que estudada aprofundadamente, conclui-se que ela vai até mais longe do que aquilo que foi o programa eleitoral apresentado pela coligação aos famalicenses. Estamos certos por isso, que este Plano só trará para Famalicão um Concelho mais justo e com igualdades de oportunidades para todos, mas que também em nada abalará as expectativas e confiança que os famalicenses

depositaram neste Executivo. E por isso, permita-me senhor Presidente, que eu lhe lance já um desafio, mantenha sempre este rumo pois é este rumo que os famalicenses afirmaram inequivocamente que querem para Famalicão.-----

---**JOÃO ARAÚJO (PSD)** – O País vive num momento complexo, os objectivos propostos para controlar uma dívida pública e um défice externo são duros de aceitar e difíceis de cumprir. O PSD, assumiu uma herança doente, com verdade honramos e assumimos o compromisso de colocar Portugal num patamar de saúde financeira. Já o fizemos no passado e vamos fazer no presente. Sempre alertamos que teríamos de agir em conformidade com as exigências de um Plano austero mas vital. Neste cenário, o Concelho de Vila Nova de Famalicão não é imune a este Plano, mas sem pessimismo enfrentamos o presente para projetar o futuro. Traçamos um Plano ambicioso, realista e adequado. Temos ambição de fazer mais e melhor. É realista porque não hipoteca o futuro e enquadra-se perfeitamente nas nossas necessidades. A nossa linha de orientação é de rigor e de respeito pelos dinheiros públicos, a nossa visão passa pelo ser humano, para nós as pessoas são a maior riqueza de uma organização, de uma estrutura e de uma coletividade. Vamos apostar nos melhores quadros cujos currículos intocáveis para pensar as metas a que nos propomos. Vamos continuar a interagir com as pessoas, com as organizações e coletividades, conceber novas práticas para fomentar a inovação e a competitividade. A dinâmica do Concelho apesar das fragilidades e vicissitudes financeiras do País não pode parar e nem vai parar. Além das variadas obras, temos o objetivo de implementar medidas e dinamizar projetos, promover e fomentar eventos para que o nome da nossa terra continue a ser um exemplo no distrito e no País. Queremos e temos ambição de sermos eficazes e eficientes, enfrentamos o presente para projetar o futuro. Senhor Presidente, Exma. Câmara, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, pegando numa situação de Rafael Michel, a grande verdade é que poucos de nós damos valor ao que realmente tem valor e inspirou-me algumas breves notas. Os senhores Deputados do Partido Socialista ontem apresentaram estudos e perguntamos, porque não falam do estudo do IPCA, da Universidade do Minho e da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas? Em que de todos os Municípios com mais de 100 mil habitantes, Famalicão ocupa o prestigante quinto lugar no ranking dos Municípios de maior dimensão e o trigésimo entre as trezentas e oito autarquias. O estudo tem em conta vários indicadores, como gerir receita própria, independência financeira e reduzir dívida. Minhas Senhoras e meus Senhores, melhor do que qualquer estudo são os exemplos do dia-a-dia, os senhores Deputados do Partido Socialista não falam da redução da dívida. Esta maioria ano após ano conseguiu reduzir a dívida, hoje em termos orçamentais, corresponde a pouco mais de três meses de orçamento face aos valores da herança do executivo Socialista que correspondia mais de catorze meses de orçamento. Os senhores Deputados Socialistas, não falam

dos pagamentos aos fornecedores que na globalidade têm prazos de pagamentos históricos e em caso algum tenho qualquer dúvida, sobre este esclarecimento, peçam ao vosso camarada de partido e Presidente da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, senhor Domingos Azevedo. Os senhores Deputados do Partido Socialista, não falam dos recentes prémios em termos da área da educação e da ação social. Os senhores Deputados do Partido Socialista, não falam no aumento de população face aos concelhos vizinhos, muito mais podia dizer e citar. Minhas Senhoras e meus Senhores, ontem o senhor Deputado do Partido Socialista, lamentou-se que a maioria nunca apoiou as vossas propostas, com a sua intervenção reavivaram a nossa memória com as propostas do Dr. Custódio, os manuais escolares até ao 12º ano, um incentivo de 600 euros para fomentar a natalidade, um subsídio mensal de 45 euros por cada criança, os medicamentos para os idosos, o passeio a Santiago, o metro para Famalicão, etc, etc, etc. Senhor Deputado, lamenta-se, mas ainda ontem tivemos um caso paradigmático da vossa intermitência, que é e desculpem a expressão, é igual à iluminação das árvores de Natal. Quando se desligou o sistema de iluminação pública os senhores Deputados votaram contra, agora que se voltou a ligar os senhores abstiveram-se. Mais senhor Deputado, votaram contra o Parque da Devesa, votaram sempre contra aos livros escolares, votaram sempre contra a aquisição do edifício de Camilo Castelo Branco, diziam que era uma negociata a Armindo. Hoje perguntem à juventude, se a negociata não é um benefício para a juventude? Quer mais, senhor Deputado? Ainda recentemente, a vossa declaração de voto critica o apoio à área social. Vocês dizem que são 522 mil euros para prémios e condecorações, desta fatia correspondem perto de 400 mil euros para manuais escolares e equipamentos. Como vê senhor Deputado, eu não sei como é que as propostas do Dr. Custódio foram novamente reavivadas. Ainda bem que os famalicenses não acreditaram em promessas demagógicas, porque então ficávamos surpreendidos com o impacto financeiro da nossa Autarquia que voltaria a regredir para números escandalosos e vergonhosos. Todas elas carecem de rigor financeiro, quantos e mais quantos 400 mil euros seriam necessários para as vossas propostas. Senhores Deputados do Partido Socialista, não estamos agarrados ao passado como vocês nos criticaram, mas não queiram esquecer o passado e eu lembro tudo o que fizeram de errado quer no Município, quer no País. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Acabamos de ouvir uma referência a algumas questões, designadamente por exemplo, à saúde e pensámos que de facto, no campo da saúde está muito por fazer e há muito a ter em conta no que diz respeito aqui em Famalicão, há falta de médicos e naturalmente também situações em que os utentes não têm possibilidades de custear um conjunto de despesas. Parece-nos a nós que esta parte deve-nos dizer imenso, porque sem acautelar um conjunto de direitos nenhum de nós poderá estar bem. Mas na referência que aqui alguém fez ao facto de neste Concelho se viver melhor comparativamente a outros, nós poderemos dizer, por

exemplo, que numa comparação muito rápida e breve aqui os Concelhos vizinhos, de acordo com aquilo que o próprio Instituto Nacional de Estatística refere, há aqui um índice de consumo, de poder de compra aliás, que reflete bastante da forma como o nosso famalicense aqui vive e portanto a referência é bastante significativa. Numa referência chamada índice 100, o que se verifica é que Famalicão está com um índice de 83,92 comparativamente com Braga que está com um índice de 104, Guimarães está ligeiramente acima e Trofa ligeiramente acima. Parece-nos que embandeirar, que aqui é que é o problema, que aqui em Famalicão os famalicenses estão bem, portanto não olhar para estes números, ou não olhar para as dificuldades que atravessámos, é de facto, um erro que temos que refletir sobre ele. Por outro lado, nós sabemos e isso já foi aqui referido, o Concelho também não está bem em relação à questão do desemprego e portanto, os cerca de 10 mil desempregados que agora baixou ligeiramente, ainda estamos com uma taxa de cerca de 19% de desempregados se tivermos em conta que a população ativa do Concelho é na ordem dos 51 mil. Portanto, há muito a ter que refletir sobre um conjunto de afirmações, que de facto é bom que tenhamos também esta perspetiva das dificuldades que muitos famalicenses passam. Aliás, está também plasmado de alguma forma nas referências que a Câmara vem dando, ou das necessidades que tem vindo a ter em conta na questão da solidariedade a muitas populações. Isto é o reflexo de facto do Concelho, o Concelho está a atravessar uma fase que nos parece que é necessário olhar muito para ela. O que nos espanta, é que também neste Orçamento a nosso ver, cai muito em cima do munícipe uma boa parte da receita que a Câmara vai obter para colmatar aquela que não consegue obter do estado. Ou seja, já foi aqui dito, que há aqui uma comparação acerca de 10 milhões de euros que a Câmara desta vez não consegue obter do estado, mas vai depois incidir esse montante ou vai procurar através dos impostos directos obtê-la junto do Município. E portanto, como nós costumamos dizer, é mais uma vez o cidadão comum que vai ter que pagar a fatura de um conjunto de situações e o cidadão comum, são quase todos nós que trabalhamos de uma forma geral que vão ter que pagar aquilo que a Câmara de facto, deveria ter um papel de exigência junto do poder central para que isto não caísse num peso enorme dos famalicenses. Neste caso concreto, estou a referir-me naturalmente aos impostos directos, ou seja, o IRS, a obtenção da receita da Câmara que vai buscar os 5% de IRS aos Municípios e que poderia perfeitamente ter largado mão de uma boa parte desta receita, da Derrama, do próprio IMI e do IUC, consegue aqui obter um conjunto de receitas que já aqui foram referidos alguns números e não vale a pena estar a repeti-los. Ficava-me neste momento por aqui, sendo certo que me parece, que esta reflexão deve ser tida em conta para que tenhamos a ideia que não podem ser sempre os mesmos a pagar aquilo que foi feito por outros e não por nós, e que isso sim, deveria apontar a crítica e apontar formas de ir buscar essa receita e não àqueles que não têm culpa daquilo que o País e Famalicão também se traduzem.

Portanto, desta forma pensámos que é injusto ir buscar àqueles que não têm culpa nenhuma. -----

---**PAULA DOURADO (PSD)** – De facto, as áreas social e do empreendedorismo são áreas prioritárias desta governação, isso em nosso entender, está bem patente nas Grandes Opções do Plano que hoje aqui estão a ser discutidas. O desenvolvimento é cada vez mais desenvolvimento social, entendemos aqui social em sentido amplo naturalmente. O desenvolvimento económico é instrumental desse ponto de vista, na medida em que serve o desígnio de promover uma sociedade mais coesa, mais equitativa, mais inclusiva, com maior índice de qualidade de vida, não existe contudo, naturalmente, desenvolvimento social sem desenvolvimento económico e criação e distribuição de riqueza. Eu diria que, o desenvolvimento social e o desenvolvimento económico são as duas faces de uma mesma moeda. O novo modelo de desenvolvimento coloca pois aqui o acento tónico nas pessoas, não há desenvolvimento sem pessoas com acesso à educação, sem pessoas qualificadas com emprego e integradas na sociedade. As pessoas e as comunidades que elas constituem, são pois fatores determinantes da competitividade do nosso território. Famalicão, não é uma ilha isolada. Famalicão, está naturalmente, integrada numa política que é uma política da união europeia e uma política nacional. A política social faz parte das competências partilhadas da união europeia e dos estados membros, contudo, tendo em consideração que as políticas sociais são executadas de uma forma muito mais eficaz ao nível dos estados membros do que a nível europeu, o papel da união europeia neste domínio limita-se a apoiar e a complementar a ação dos estados membros, cumprindo-se desta forma o princípio da subsidiariedade. De qualquer modo, a união europeia estabelece princípios gerais em matéria de política social que vale a pena aqui enunciar e relembrar, promover o emprego, o progresso social, a luta contra a exclusão social e a proteção social, assegurar o nível elevado de educação, de formação e de proteção da saúde humana. Naturalmente que, estas políticas, estes objetivos de política têm que ter tradução em matéria de financiamento comunitário. A Agenda 2020, define pois como prioridades e objetivos da união europeia até 2020 superar coletivamente a crise económica e social que se vive, recuperar a competitividade e estimular a produtividade para colocar a UE numa trajetória ascendente de prosperidade. As prioridades da Agenda 2020 que são transversais a todas as políticas comunitárias, visam pois promover o crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo. Esses objetivos estão naturalmente integrados em matéria de objetivos relacionados com o emprego, com investigação e desenvolvimento, com a inovação, com a educação, com a pobreza e a exclusão social, e até com as alterações climáticas e a energia. Os objetivos a que Portugal se comprometeu são extremamente ambiciosos, exigem pois uma utilização otimizada dos próximos fundos estruturais que estão aí à porta. O desemprego e a pobreza têm aumentado, e apesar da evolução na educação, investigação e desenvolvimento,

estamos muito longe das metas acordadas na Agenda 2020. Para além disso, Portugal não tem uma forte coesão económica, social e territorial, como prova a disparidade que existe entre o PIB per capita entre a região mais pobre de Portugal que é a região norte com 62,8% em 2007/2009 (fonte Eurostat) e entre a região mais rica de Portugal que é Lisboa e Vale do Tejo, como todos nós sabemos, com 110,7% em 2007/2009 (fonte Eurostat), sendo que a UE é de 27 está para um índice de 100%. Um dos grandes objetivos de Portugal no horizonte da Agenda 2020, é pois o de reforçar a sua competitividade económica de forma a promover o crescimento económico e gerar emprego. Em simultâneo deve melhorar a qualidade do ensino e da formação, apostar na investigação, inovação e conhecimento, integrar as pessoas em risco de pobreza e exclusão social, e promover uma economia ecológica e eficiente em termos de utilização de recursos, incluindo naturalmente, recursos marinhos. A Comissão Europeia nesta matéria, define três prioridades de financiamento que estão patentes no novo Quadro Estratégico Comum, são elas aumentar a competitividade da economia portuguesa, combater o desemprego e em especial o desemprego jovem, melhorar a qualidade da educação e da formação, a integração de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social. Promover uma economia ecológica e eficiente que inclua uma utilização adequada dos recursos marinhos. O contexto de partida para este ano de 2014, é contudo um contexto difícil como todos nós sabemos, se exige perseverança, cooperação, partilha de recursos e trabalho em rede, investimento e criação de emprego. Partimos de um contexto económico que está ele pejado de relevantes ameaças, de riscos e incertezas sobre o desempenho da economia europeia e a economia portuguesa, onde a promoção do crescimento económico enérgico é uma importância vital como forma de saída desta crise. A economia portuguesa começa a dar ténues sinais de uma lenta recuperação, facto que carece contudo, de uma verificação numa série temporal mais longa está confrontada neste momento com uma crise económica e social de dimensões muito profundas, crise essa que é uma crise europeia, repito, que é simultaneamente uma crise de emprego e uma crise de investimento. O relançamento de uma trajetória de convergência efetiva da economia nacional e das suas regiões, só será possível com uma nova visão sobre as relações entre a coesão e a competitividade. É pois, esta a visão que nos parece enformar o Plano de Atividades e Orçamento para 2014 que hoje aqui está a ser discutido. Portanto, uma nova visão sobre as relações entre a coesão e a competitividade. A agenda territorial para o desenvolvimento do Concelho de Vila Nova de Famalicão, assenta pois, na promoção da competitividade em articulação com os objetivos da coesão social e da sustentabilidade presente e futura. As empresas e os empresários, aparecem aqui nestas Grandes Opções do Plano valorizados, como os protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento assente na criação de riqueza e na responsabilidade social. As pessoas, aparecem também elas valorizadas, porque se investe na sua capacitação, na sua felicidade, na sua vivência

em e para a comunidade como atores principais do processo contínuo de desenvolvimento do território e como ativos inquestionáveis deste território. Por outro lado, parece-nos ser aqui também de destacar a coerência e a continuidade nos objetivos estratégicos de médio prazo na governação local, e o compromisso político na concentração das prioridades definidas estando aqui também bem patente, senhor presidente da Câmara, a continuidade do projeto político que foi implementado aqui no nosso Concelho no período anterior e também o cumprimento das promessas que foram feitas durante a campanha eleitoral. A agenda social para Vila Nova de Famalicão, integra um conjunto de ações que pretendem constituir uma resposta social adequada à contingência social e às circunstâncias de exceção que se vivem. Fruto da conjuntura económica atual, assentando num modelo de reforço de solidariedade social redistributivo da riqueza e promotor da equidade no acesso aos recursos sociais e culturais. Assim o Plano de Atividades e Orçamento para 2014 aqui em discussão, apresenta um conjunto de prioridades e de ações concretas para o território que neste momento nos parecem ser as respostas adequadas para responder às necessidades em matéria social, das quais se destacam entre outras no domínio da solidariedade as seguintes:- Ação social escolar – o Contrato Local de Desenvolvimento Social, o CLDS+, que hoje já aqui foi também mencionado que tem três eixos de atuação, o emprego, a formação e a qualificação, a intervenção familiar e parental preventiva da pobreza infantil, a capacitação da comunidade e das instituições do desenvolvimento da rede social, também é considerada como todos sabem um exemplo a nível nacional e uma boa prática. A consolidação das medidas de apoio às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, dentro do qual há vários projetos a mencionar, mas que os senhores Deputados têm os projetos elencados no Plano de Atividades e Orçamento para 2014. A modernização dos equipamentos sociais, o reconhecimento e valorização do papel da família, o apoio à população sénior também com um conjunto de atividades destinadas a este segmento da população. As ações em matéria social, beneficiam também das externalidades de outras políticas que são políticas horizontais, entre as quais, a mencionar a educação, a saúde, a habitação, a juventude. Mais cidadania ativa e participação social para o aprofundamento da democracia e desenvolvimento do território, mais apoio à capacitação das pessoas para o trabalho, para a cultura e a inclusão social com prioridade para os mais desfavorecidos que necessitam de uma atenção especial, mas também para as crianças e para a população sénior, são pois estes, os domínios da ação estratégica que nos merecem destaque. No empreendedorismo também de destacar várias atividades, o empreendedorismo é hoje uma palavra que entrou no nosso léxico quotidiano, mas o empreendedorismo não é novo e já surge nos anos 50 por Joseph Schumpeter que o associou à inovação, inovação tecnológica, inovação do processo, inovação do produto. Empreendedorismo, significa hoje criar empresas ou produtos novos, agregar

valor, é saber identificar oportunidades e transformá-las em negócio, empreendedorismo é por isso criar riqueza. Mas empreendedorismo, é também uma atitude, é uma atitude pró-ativa, é uma atitude de ser empreendedor no seu próprio Posto de trabalho, é uma atitude de ser criativo, de trazer novas ideias. Hoje em dia, o empreendedorismo preenche pois os manuais de ciência económica e integra os programas de governação de uma forma geral, ao nível do País e ao nível dos Concelhos. O empreendedorismo não pode ser dissociado pois da criação de emprego e da empregabilidade por um lado, e da competitividade das empresas e dos territórios por outro lado. Ajudar as pessoas de todas as idades a antecipar e a gerir a mudança, adotando uma atitude mais pró-ativa de maior dinamismo na procura de soluções de autoemprego, de novos produtos, de novas estratégias de negócio, investindo na aquisição de competências e na formação entre outros comportamentos e atitudes que favorecem a manutenção e criação de emprego, bem como incentivar as empresas e os empreendedores a liderar processos criativos inovadores. É pois essa a missão do empreendedorismo e é essa a missão das políticas e das práticas de empreendedorismo que estão integradas neste Plano de Atividades. No Plano de Atividades e Orçamento para 2014, para o Concelho de Famalicão que hoje aqui está em discussão, parece-nos pois ser de destacar várias atividades no domínio do empreendedorismo, ou seja, a criação do serviço do empreendedor e do desenvolvimento económico, neste âmbito gostaríamos de salientar, senhor Presidente, as visitas que a Câmara e o senhor Presidente têm feito às empresas locais, e o impacto que as mesmas têm produzido junto dos empresários e da própria comunidade, incluindo o reconhecimento simbólico do papel dos empresários enquanto agentes do desenvolvimento local, sim, porque os empresários são agentes de desenvolvimento local e são promotores de emprego, não esqueçamos isso. O incentivo que estas visitas têm dado aos empresários para continuarem a sua missão e em articulação com a governação local desenvolverem o seu negócio. Só alguns números também para enquadrar esta política, Vila Nova de Famalicão no contexto da NUT III AVE, é o Concelho mais industrializado, é o Concelho mais exportador, tendo ultrapassado Guimarães em 2005, representa neste momento, dados de 2011, 38,9% do total de exportações do AVE contra 27,2% registado por Guimarães. É contribuinte líquido para a balança comercial, já que as empresas que aqui se localizam no Concelho de Famalicão, são empresas com uma vocação fortemente exportadora. É contribuinte líquido também em matéria de rendimento coletável, contribuindo também dessa forma para a promoção da coesão e redução de desequilíbrios a nível nacional. Muitas outras áreas há a mencionar, muitas outras medidas de política há a mencionar numa qualificação nas áreas destinadas à localização de atividades económicas promovendo dessa forma a atratividade do investimento, a consolidação do programa FINICÍA, a rede Famalicão Empreende, a rede Empreendedorismo do AVE, enfim, muitas outras medidas de política havia aqui a enunciar na

matéria de empreendedorismo e de desenvolvimento económico. De acrescentar e para concluir, senhores Deputados, um Plano de Atividades e Orçamento constitui um documento orientador de uma estratégia de atuação que é clara e consequente com as promessas realizadas, mas não é nem pode ser um obstáculo a uma resposta a uma situação imprevista, uma situação imponderável que possa surgir ao longo do ano e nesse aspeto, constitui naturalmente um instrumento flexível e aberto. Por tudo o que aqui foi enunciado e pelo mais que não tenha sido dito, está naturalmente no Plano de Atividades e Orçamento para 2014 e que em articulação, se integra numa estratégia clara integradora de médio prazo para o desenvolvimento social e económico do Concelho de Vila Nova de Famalicão e que está em linha também com aquela que é a política da União Europeia, defendemos que este documento que está hoje aqui em discussão possa merecer por isso a nossa aprovação. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Já muito se falou deste Plano para 2014 e vou fazer aqui uma pequena intervenção sobre a questão da juventude. Os jovens desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade mais livre, justa e solidária, por conseguinte, o Município promoverá uma política transversal e multidimensional com a finalidade de facilitar o exercício pelos jovens dos seus direitos de cidadania, fomentando a sua participação ativa do desenvolvimento da comunidade. Uma forma bastante aflorada de se falar da juventude neste documento designado de Grandes Opções do Plano de Orçamento de 2014, que se resume a alguns pontos como por exemplo, concretização de uma unidade de alojamento destinado aos jovens, valorização da Casa da Juventude, é preciso agora justificá-la, dinamização de atividades internacionais, desenvolvimento da educação não formal, desenvolvimento da participação cívica dos jovens, valorização do potencial artístico e criativo dos jovens, desenvolvimento do ensino superior ao nível concelhio, organização de 2014 do jovem.com, dinamização de atividades comemorativas de datas relacionadas com a juventude. Senhor Presidente, é esta a perspetiva que tem da juventude? Dizem que somos a geração mais qualificada de sempre e a mais fustigada pelo flagelo da crise e falta de oportunidades, nem uma referência ao incentivo da criação de emprego juvenil. E que tal dinamizar e promover incubadoras de empresas criadas pelos jovens. É que para além do ensino universitário, do ensino secundário, da rede associativa, também existem jovens, jovens com graves dificuldades, nem uma palavra, nem uma intenção de aproximação das escolas profissionais às empresas famalicenses de forma a promover o mais óbvio, a empregabilidade dos jovens, possibilitando às empresas mão-de-obra de excelência que cá temos. Lê-se neste documento, concretização de uma unidade de alojamento destinada aos jovens, em que é dito, que a Câmara prosseguirá as suas diligências junto das entidades competentes tendo como finalidade a criação de uma unidade de alojamento, a Câmara Municipal não estará a sacudir a água do capote.

E que tal, criar reais incentivos de alojamento para os jovens, como por exemplo, a redução e porventura a isenção de taxas para a sua primeira habitação, por exemplo a redução de taxas de água e de lixo. Com a dinamização de atividades internacionais, seremos quês, a convidar os jovens a emigrar, ou vamos de encontro a alguns Planos de Atividades de algumas associações famalicenses. Todo este capítulo dedicado à juventude bastante afluído como já disse, é ambíguo, arrisco até dizer que, o seu autor em nada se quis comprometer, porque em momento algum apresenta medidas concretas direcionadas para as reais dificuldades e anseios da juventude, a ousadia, a inovação e a pro atividade esgotou-se, mesmo antes da conceção, desde que é dito pelo Executivo da Câmara como o grande plano de ação da juventude para 2014.-----

---**CÂNDIDA VELOSO (PSD)** – O desempenho político dos vários atores que assumiram reconhecer, defender e apresentar soluções para os problemas das populações, orienta-se por opções e escolhas que sua vez determina as prioridades de intervenção. A Câmara Municipal, definiu com muita sabedoria e conhecimento este Plano e Orçamento para 2014. A vida deste Plano e Orçamento está na riqueza das suas ações, dos benefícios e nas garantias que presta aos famalicenses. Por isso, é muito importante discutir a sua essência que é as ações deste documento orientador, que é claro, transparente e arrojado, claro que está sempre ligado ao seu instrumento principal que é o Orçamento, mas com o qual nós estamos muito tranquilos dada a sua contenção, sobriedade e rigor, mas sempre inovando e desafiando o crescimento e o desenvolvimento. Este Plano e Orçamento, é aquele que responde aos interesses e necessidades dos famalicenses e ao desenvolvimento de Vila Nova de Famalicão para 2014. A educação continua a ter uma grande centralidade neste Plano e Orçamento, porque é uma área muito forte que corporiza e veicula os sentimentos de pertença de identidade, de crescimento, de solidariedade e de desenvolvimento de uma população. Este é um palco que dá visibilidade à coesão social, isto é, que mostra o caminho que esta Câmara Municipal quer continuar a dar aos famalicenses, de uma dinâmica social forte, interativa, desafiante, inovadora e arrojada, em parceria e diálogo constante com as instituições e todas as forças sociais locais. Isto é que é a coesão social, ninguém está excluído e só quem não conhece a dinâmica que existe nas escolas e noutras instituições educativas, os apoios que são dados, os projetos dinamizados, as atividades que aí são desenvolvidas, só quem não entende bem esta dinâmica a pode criticar. Porque todas estas atividades e projetos contribuem para o desenvolvimento pessoal e social dos seus destinatários, quem são, as crianças, os jovens, os adultos e os seniores, é esta a prioridade estratégica, a promoção da educação ao longo da vida. E relativamente às crianças e jovens e até adultos, a formação deles hoje é o seu futuro amanhã, é uma vida melhor amanhã e é o futuro de Vila Nova de Famalicão. Então quem pode menosprezar ou ridicularizar estas atividades educativas, museus, viagens pelo património, os jovens que

festejam as datas comemorativas, claro que sim, lá está a identidade local e histórica! Empresa na escola? Sim claro que sim, lá está a semente do empreendedorismo! Atividades ambientais? Sim, lá está o respeito pelos outros, pelo meio ambiente e pela natureza! Crescer com a ciência? Sim, aí está a semente da investigação! E poderia aqui citar todas as atividades, uma a uma, sem qualquer arrogância, mas também sem qualquer dificuldade. Os focos de ação da área educativa, estão muito bem definidos e continuam a justificar investimento adequado, porque enquadram todos, pais, alunos, escolas, professores, assistentes operacionais e todos os outros atores que estão envolvidos, e todos repito, todos são o único motivo da ação da Câmara Municipal neste Plano e Orçamento. E neste projeto educativo para 2014, que tornará Famalicão num verdadeiro Concelho educador, está ainda o Centro de Qualificação para o Ensino Profissional, que qualifica os jovens, encaminha os jovens e os integra na vida ativa, e faz a integração profissional das pessoas até com deficiência e incapacidade. Está o Plano Municipal de melhoria e eficácia das escolas, para melhorar todos os níveis de educação e formação. Sermos o melhor Município para estudar, digamos que, é um prémio que nos honra, mas também nos responsabiliza ainda mais. E depois temos a importantíssima modernização da rede pré-escolar do 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo. A ação social escolar, que depois de já ser acionada várias vezes, a inovação deste Plano no sentido da atribuição de material didático, o lanche saudável para as crianças, o apoio a novas medidas de saúde, as bolsas de estudo. E para quem tinha dúvidas, ontem e hoje, isto é coesão social, é um trabalho de todos e para todos, isto é apostar no desenvolvimento. E longe de algumas obsessões que possam existir, relativamente a algumas suspeitas da falta de transparência sobre a autopromoção da Câmara Municipal e até questionando a qualidade de vida no nosso Concelho, este Orçamento não estagna, antes racionaliza, otimiza, inova e amadurece. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, conseguiu mapear o território, focou-se nas pessoas e deu esta resposta avassaladora em educação. É um Orçamento contido, rigoroso mas que respeita os esforços de todos os famalicenses que estão a fazer neste momento e farão no futuro. Mas as respostas para todos os famalicenses estão lá, no Plano de Atividades e essa é a congratulação do Grupo Municipal do PSD.-----

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP)** – Ora então, vamos lá outra vez falar sobre qualidade de vida! Dados analisados por este relatório, que aliás são dois e foram aqui apresentados, que evidenciam dados que sugerem alguma fraqueza estatística. Porque se em 2007 estávamos no lugar 85º, em 2012 estamos no lugar 192º. O que, não tendo acontecido nenhuma hecatombe demonstra alguma fraqueza estatística, mas vamos continuar. Ora, o que é que nós temos aqui, o tradicional, gestão de equipamentos de saúde. Equipamentos culturais, que ainda ontem, alguns Deputados eram contra ou apresentavam algumas dúvidas. Temos mais Jardim ecológico, jardim botânico,

aquários. Mas temos mais, temos como é que avalia a qualidade ambiental, pela despesa com a gestão de resíduos, não se avalia com a eficiência, não se avalia com o trabalho que é feito ao nível da Freguesia que está abrangida, mas sim com quanto se gasta. A Câmara faz uma gestão eficiente, é prejudicada no rácio, mais vale gastar? Não, não, vamos continuar com este Orçamento rigoroso, fazer os serviços mas o mais barato possível e sem aquários, sem jardins botânicos, sem metros, sem nada dessas coisas. Ora, mas vamos continuar, há coisas ainda mais interessantes que são alguns dos rácios analisados aqui, mercado de trabalho, número médio de subsídio de desemprego. Eu aqui posso estar errado, parece-me que o subsídio de desemprego é igual em todo o País, logo o que é que nós estamos a fazer aqui, a utilizar o rácio macro para tentar evidenciar alguma diferença local, errado! Existe ainda um outro que é o crédito hipotecário concedido às pessoas singulares, mais uma vez um incentivo à despesa. Ora, o que é que se quis fazer daqui, lembram-se daqueles índices de desenvolvimento humano entre países, é exatamente aquilo que está aqui a ser tentado passar para uma realidade local. O que é que dá? Dá erro! Dá asneira! Mas há mais, que asneiras é que dão, ora então, vamos ver o documento que tem aqui um conjunto de dados, foram quinze analisados e para quem percebe um bocadinho de estatística, os dados de correlação, estes são os dados azuis em que existe correlação seja ela positiva ou negativa. Ou seja, por exemplo, eu almoço, como e tradicionalmente bebo, o que é que acontece, existe uma correlação positiva de cada vez que eu almoço, a comida e a bebida, isso é estatisticamente importante? Não, e dá erro na análise estatística. Estes são os dados de correlação acima apenas de 50%, estatisticamente até podemos ser mais rigorosos, mas o que é que diz o documento, este de 2009, que até é bem melhor do que o de 2007 e que aliás, lembro que nos coloca no lugar 85°. O que é que diz aqui, os dados apresentam na generalidade um grau de correlação que se pode considerar aceitável, genericamente aceitável, estatisticamente reprovável. Mas podemos então continuar, o que é que acontece aqui, vamos ao grau de variância, o grau de variância serve para identificar quais são (não disse -as variáveis) os mais importantes na análise estatística que estamos em (não disse - que temos em questão) causa e temos apenas três, dos catorze temos apenas três, que são, equipamentos de comunicação, equipamentos culturais e equipamentos de saúde. Onde é que está a qualidade de vida? É betão? Vamos analisar a qualidade de vida com betão? A qualidade de vida para mim são pessoas! é vida. Mas podemos então continuar e passarmos para o dado (não disse – relatório) de 2012, o que é que diz o de 2012, o tal que nos coloca no lugar 192°, diz algo do estilo, neste estudo não foi possível analisar algumas variáveis de estudo levado a cabo no anterior estudo devido ao facto, de as mesmas não estarem disponíveis por todos os Concelhos e infraestruturas. Ou seja, não é comparável, portanto, tentar comparar o lugar 85° com o lugar 192°, peço desculpa, mas não dá! Temos aqui que neste estudo, abandonamos alguns indicadores que deixaram de estar

disponíveis na base de dados do INE, na altura estavam indisponíveis ou não estavam atualizados. Este é no fundo aquilo que era dado como uma verdade inofismável, a verdade inofismável é tentar fazer uma análise que não dá para fazer. Ou seja, não foram analisados por exemplo, a qualidade do ar, a qualidade da água, os parques, a coesão social, o urbanismo, o planeamento, o saneamento, as acessibilidades, o trânsito ou o congestionamento rodoviário. O que é que nós temos de um para o outro, Lisboa sempre na em frente, sempre em primeiro, óbvio, mas não façam cá oceanários! O que é que nós temos, temos um erro na amostra, porque misturamos Cidades ou Concelhos com uma dimensão muito elevada em termos de população considerados aos Concelhos mais pequenos. Ou seja, faz-se uma piscina num sítio onde tenha 20 000 habitantes e como as três variáveis os três maiores que explicam este índice tem a ver exatamente com esses equipamentos, faz-se uma piscina e logo o per cápita aquilo (nd o índice) dispara, não se analisa se a piscina é usada ou não. Ou seja, nós podíamos cair no risco então para subirmos neste rácio de termos piscinas em todo o lado, se são usadas ou não é indiferente, mas estamos no topo, eu acho é que estamos mal habituados, habituados a estar sempre em primeiro mas neste não. Vamos continuar, analisa-se museus mas não se analisam as visitas, nem a aposta escolar, nem a aposta nas pessoas. Eu tenho um amigo que diz com muita graça o seguinte, Famalicão é equiparável a uma grande cidade europeia, como qualquer grande cidade europeia, uma capital das grandes que está a 30km de um aeroporto e de um porto de mar, nisso Famalicão é uma grande cidade europeia. -----

---**JOSÉ LOPES (PS)** – Eu vou começar como acabou aqui o nosso colega, dizendo ele que Famalicão é uma grande cidade europeia e meu amigo, senhor Deputado, tenho que reconhecer Famalicão é sem dúvida uma grande cidade europeia, mas o Concelho de Famalicão não. Eu moro numa Freguesia se o senhor não sabe é Riba D’Ave, em que há meia dúzia de anos, no tempo da outra senhora, tínhamos 10 000 hipóteses de trabalho e neste momento temos zero, está tudo à ruína. Eu posso-lhe dizer Famalicão, que é um Concelho europeu, é um Concelho que se pode comparar a qualquer País, pare um bocado no tempo, o senhor é novo e ainda tem muito que aprender. E tem que reconhecer a realidade dos factos, não é vir para aqui falar de demagogia como vocês usam, ou vir para aqui só para apoiar a Câmara. Eu não venho para aqui para apoiar ninguém, venho aqui em primeiro lugar para exigir e pedir coisas para a minha Freguesia. Posso-lhe passar já aqui como exemplo, este plano de ação de opções de Plano e Orçamento para 2014 vamos ver, Riba D’Ave tem mais uma vez projetos, mais projetos, mais projetos, a escola EB1 de Riba D’Ave, no período eleitoral os candidatos à Câmara de Famalicão puseram um placard com um projeto das escolas EB1 de Riba D’Ave. Repare, o projeto já existe, correto, o que é que acontece, neste Plano de Atividades vamos elaborar outra vez o projeto para a escola EB1 de Riba D’Ave, então há projeto, não há projeto, como é que estamos. Era isso que eu gostava que o senhor aprendesse a

falar e a ser sincero nas palavras que diz, isto a começar pelo senhor. -----

Outro assunto, na cultura, um pilar estruturante na afirmação e no desenvolvimento, vejamos, em 2004 esta Câmara, foi a Riba D’Ave assinar um protocolo com a Fundação Narciso Ferreira e disse, no máximo no princípio de 2005 o Teatro Narciso Ferreira terá a cobertura nova. Pois meu amigo, esta Câmara esperou, muito bem e acho bem porque assim não vai ter trabalho para poder tirar a cobertura, esperou que a cobertura caísse toda ao chão, não tem cobertura agora. Estamos em 2014, repare amigo, passados 10 anos não há projetos, nem se fala no plano de ação no projeto para o Teatro de Riba D’Ave, muito bem, estamos a desenvolver Riba D’Ave, Riba D’Ave está no bom caminho. -----

No mandato de 2005, esta Câmara de Famalicão, foi a Riba D’Ave a correr. Já nos anos 90 a CDU sendo a Junta de Riba D’Ave reivindicava e pedia ao Dr. Agostinho Fernandes que resolvesse o problema do cemitério de Riba D’Ave, imagine bem há quantos anos vai. No mandato de 2005, esta Câmara foi a correr a Riba D’Ave e pôs um projeto para o cemitério de Riba D’Ave. Mas agora, se calhar para não se comprometer, foi lá nesta campanha e retirou o projeto para o cemitério de Riba D’Ave, eles podem confirmar que é verdade, o projeto já não existe para o cemitério de Riba D’Ave. Neste momento, o que é que acontece em Riba D’Ave, temos nos passeios a cortar até fios de eletricidade, a cortar o saneamento de águas pluviais do próprio cemitério, estamos a fazer campas nesses mesmos passeios, temos o jazigo da paróquia completamente cheio e esgotado, repare, este Plano e Orçamento fala de investimento de zero milhões para o cemitério de Riba D’Ave. Engraçado, Riba D’Ave pode-se dar ao luxo e aí estou de acordo consigo, pode-se dar ao luxo de viver no melhor Concelho que existe na europa, é sim senhor! Mas Riba D’Ave não é, para aquilo que eu passei em Riba D’Ave, que Riba D’Ave se calhar naquele tempo era capaz de ser melhor que Famalicão, neste momento é capaz de ser a pior Freguesia que existe no Concelho de Famalicão. Riba D’Ave tinha tudo, neste momento não tem quase nada. Portanto, se vocês acham e eu aí sim, já quando foi no apoio que vocês pediram para o senhor Armindo Costa, para lhe dar um voto de louvor, eu disse-lhe a ele, como homem posso dar o voto de louvor, mas como presidente da Câmara não. Se eu vivesse em Famalicão, dava-lhe o voto de louvor, mas como vivo em Riba D’Ave não posso dar um voto de louvor a quem não fez nada por Riba D’Ave. E neste momento estamos iguais, saiu um e entra outro. -----

Outro assunto que tem anos, já tem barbas, o senhor Presidente fala no Plano de Atividades para 2014, na dotação de novas instalações do Posto da GNR, eu gostaria que me esclarecesse se essas instalações vão ser mudadas para um edifício, ou se vai ser a aquisição de um terreno e fazer um novo quartel, gostava desse esclarecimento. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Depois de ouvirmos, nomeadamente, as

intervenções dos senhores Deputados do Partido Socialista, fica de certa forma no ar, um desvio entre aquilo que foi os compromissos que assumimos na campanha eleitoral e aquelas que são as propostas que trazemos nestas Grandes Opções do Plano de 2014. Mas desenganam-se senhores Deputados, porque o que trazemos aqui nesta proposta é exatamente a consagração sem qualquer desvio dos compromissos que assumi. E vou dar-vos só cinco exemplos que corporizam, na minha opinião da melhor forma, essa mesma coerência entre os compromissos assumidos e aquelas que são as opções que aqui trazemos para 2014.-----

---Em primeiro lugar, a política fiscal. Disse-o diversas vezes e de forma muito esclarecida que iria manter na íntegra a política fiscal. Quer em sede de Derrama, quer em sede de IRS, quer em sede de IMI, iria manter intocáveis as respetivas taxas e as taxas mantiveram-se intocáveis. -----

Os senhores deputados trazem aqui o aumento da receita fiscal, como significando ela um aumento da carga fiscal. Nós não somos tão ingénuos ao ponto de aceitar essa abordagem, é uma abordagem mal-intencionada, porque os senhores Deputados sabem que não houve nenhum aumento da carga fiscal. Não é a Câmara Municipal quem fixa a coleta, a Câmara Municipal fixa a taxa e a taxa que a Câmara fixou, é exatamente aquela que estava fixada e portanto, um ponto de coerência em relação ao que assumimos. Estamos a cumprir os nossos compromissos. -----

---Segundo ponto, a aposta na área social. Eu aqui digo com muito à vontade, porque revejo-me integralmente na enorme dinâmica social que este concelho tem sabido empreender ao longo destes últimos anos e nós hoje, temos aquilo que eu chamo com orgulho uma resposta avassaladora. E é uma resposta avassaladora, porque é uma resposta em rede, é uma resposta com os agentes, é uma resposta com o Conselho Local da Ação Social, é uma resposta com as Comissões Sociais Inter-freguesias que fazem parte todos os Presidentes de Junta, de que fazem parte todas as Instituições Sociais, de que podem e têm feito parte muitos cidadãos anónimos que se têm juntado à Câmara Municipal nesta postura de resposta. E sabem senhores Deputados, a resposta social não se avalia pela verba que a mesma consome, avalia-se pelo resultado que a mesma alcança e o resultado é visível, é visível no dia-a-dia pela forma como as nossas Instituições conseguem com a disponibilidade, com o empenho de todos, atingir os resultados que são absolutamente inquestionáveis. Também se avalia de forma esporádica, é verdade, apoiamos a renda, apoiamos sim senhor! Nós apoiamos as bolsas dos nossos alunos, apoiamos, aumentamos este ano 25% as bolsas em relação ao ano passado, porque sinalizamos aqui uma situação que merecia um reforço. E sempre que houver uma situação que mereceu um reforço, este Orçamento e este Plano de Atividades permite esse mesmo reforço, e os famalicenses sabem que se ele for necessário ele vai existir. E por isso, a resposta social, é aquela resposta que Famalicão precisa e vai sê-lo permanentemente, só que a nossa resposta social, não se quantifica, a nossa resposta social é uma

resposta qualificada e não uma resposta quantificada. -----

---A terceira razão, senhores Deputados, é um Orçamento que eu considero geracionalmente responsável. E um Orçamento geracionalmente responsável, é um Orçamento que é justo com as gerações que muito fizeram para que nós fôssemos brindados com o presente que hoje temos, inegavelmente melhor do que aquele que foi dos nossos pais e dos nossos avós, mas é Orçamento que não hipoteca o futuro. É um Orçamento que assenta na base de não aumentar a dívida, de diminuir inclusive o serviço da dívida, nós paulatinamente reduzimos na massa orçamental o valor anual consumido com o pagamento da dívida. O que significa que nós estamos a transportar para o futuro, uma responsável inequivocamente menor do que aquela que recebemos do passado, é esta tendência que nós vamos continuar a seguir, uma ótica de honrar os compromissos, é com até vaidade confesso, que nós continuamos a conseguir honrar os compromissos com todos os nossos fornecedores. -----

---A quarta razão, o orgulho famalicense. É um Orçamento que aviva o orgulho dos famalicenses. E é o Orçamento que aviva o orgulho dos famalicenses e é visível muito mais do que qualquer estudo naquilo que é os factos. Os senhores Deputados sabem, que nos últimos 10 anos, a povoação em Famalicão aumentou cerca de 5%, num contexto de baixa natalidade, ora se há menos nados, se se nasce menos em Famalicão e se a população aumenta, é um sinal inequívoco da qualidade de vida, é um sinal de que as pessoas vêm viver para Famalicão, muitas vezes pese embora não tenham nascido em Famalicão. Além de conseguirmos reter aqueles que aqui nascem, conseguimos cativar muitos que aqui não nasceram para que cá venham viver. E se escolheram Famalicão para viver, para trabalhar e para investir, isto é o melhor sinal da qualidade do que se faz em Famalicão, muito mais do que qualquer estudo, no estudo interessa-nos na avaliação que os famalicenses fazem todos os dias, nomeadamente, aqueles que não nasceram cá e que escolheram Famalicão para viver. -----

---A quinta razão, senhores Deputados, estamos a assumir novas responsabilidades, é verdade, algumas não são nossas, no setor da cultura, no setor da educação, na área social, na juventude senhor Deputado, estamos a assumir responsabilidades que não são da Câmara Municipal, que não são das Câmaras Municipais. Mas eu disse-o muitas vezes e estamos a cumpri-lo, nós não vamos guiar a nossa atuação com base numa cartinha de competências, nós vamos guiar a nossa atuação com base naqueles que são os problemas dos famalicenses, com o que nós contactamos, eu recebo-os no meu gabinete, eu falo com eles, eu vejo-os na rua e nós não ficamos indiferentes aos problemas das pessoas. Por isso, não enjeitamos a necessidade de assumir responsabilidades, pese embora as mesmas não sejam de um ponto de vista legal, senhor Deputado, da Câmara Municipal. Como é também o exemplo da empregabilidade, o que nós temos feito para estimular a

empregabilidade, com os projetos empreendedores que estão em curso, com a aposta no CQP (centro de qualificação profissional) na área da formação profissional, são apostas qualificadoras dos recursos humanos, sabem porquê? Porque eu entendo, que uma Câmara Municipal, hoje tem de que ser um verdadeiro agente ao serviço do desenvolvimento. Tem que ter uma dinâmica que ajude todo o tecido a desenvolver, a criar riqueza, a criar emprego, a criar melhores condições e um melhor ambiente para que tenhamos um futuro melhor. É por essas razões, senhores Deputados, que é minha plena convicção que as opções que aqui apresentamos, são claramente a continuidade daquelas que foram as propostas e que foram sufragadas com a maioria que eu reputo de esclarecedora nas eleições do passado dia 29 de setembro. -----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Isto agora parece que vai começar a sério, acho estranho, é natural, é normal, mas não tenham inaugurado aquilo pela quingentésima vigésima não sei quanta vez, um dos parques da cidade, o último que foi feito o número três ou o número quatro, mas enfim! É uma obra válida, a história real tem 50% de razão porque contam os jornais, todos os jornais, eu até anulei a assinatura de dois deles, porque basta ler um e está tudo lido, isto em Famalicão nunca foi assim, eu acompanho a imprensa local, já no tempo do Rebelo Mesquita e no tempo do Zé Casimiro. Senhor Presidente da Câmara, vou felicitá-lo, não estou aqui na oposição só para dizer mal, queria felicitá-lo e o que sei é pelos jornais, não ando nas tertúlias. Li que o senhor Presidente visitou duas, ou três, ou quatro, pelo menos a Mabor, a Leica e a Louropel e talvez mais, dando um incentivo da parte da Câmara, no sentido de que a Câmara está recetiva a apoiar e ajudar, acho bem que crie um gabinete qualquer e o nome nem me interessa, um gabinete de apoio ao empreendedorismo, senhor Presidente por aí tem o meu apoio. -----

Depois pela segunda vez, recordo-me de que, há um ano ou dois, já promoveu uma visita ou uma cerimónia qualquer no edifício nos Paços do Concelho, agora há quinze dias levou lá os senhores Presidentes de Junta todos, este parêntesis para dizer que não foi o anterior presidente da Câmara que fez aquilo, toda a gente já saberá que não foi ele. Acho muito bem, sim senhor, que os senhores Presidentes de Junta, muitos deles novos, muitos deles fora da Cidade, que conheçam bem a Cidade. E já agora senhor Presidente da Câmara, poderia aconselhar-lhe mais meia dúzia de locais para visitar e se eu aqui ficar muito tempo, sucessivamente vou-lhe dando a minha ideia. A próxima visita senhor Presidente da Câmara, era ao Estádio Municipal, ao Pavilhão, toda a gente sabe onde é, às Piscinas, Campo de Treinos, ao Parque da Juventude, à Zona Escolar e Desportiva. A próxima visita, eu não ia dizer, mas digo já porque o facto, e eu já estive deste lado quinze, vinte anos, mas quando eu vi que houve um Presidente da Câmara, que das primeiras coisas que fez quando aqui chegou, foi tentar destruir aquilo, urbanizar aquilo e isto foi há dez anos, em 2003, há dez anos a construção civil estava em grande, aqueles terrenos de grande valor, tentou urbanizar aquilo, tentou

vender aquilo e tentou, aquilo a que ele chamou a Cidade Desportiva, lá longe em Barrimau num terreno agrícola ecológico e essa coisa toda. Eu gostava daquilo a funcionar como aquilo era, o Estádio Municipal, o Pavilhão, as Piscinas, o Parque das Piscinas, e gostava que também soubessem que eu saí daquela bancada para esta, precisamente porque me apercebi que houve um Presidente da Câmara de Famalicão, que queria vender aquilo e fazer a Cidade Desportiva em Barrimau. Foi por causa disso. -----

Quanto à política fiscal, o senhor Presidente da Câmara falou que não ia aumentar, não chega senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara sabe melhor do que eu, mas eu também sei que há fome, há muita necessidade, há gente a passar grandes dificuldades, a classe média normalmente é aquela que paga a maioria destes impostos, a tal pobreza envergonhada é que sustenta o Orçamento da Autarquia nesses impostos. Eu não gostava de ouvi-lo dizer que não vai aumentá-los, eu gostava de ouvir dizer que nos próximos quatro anos este Município, esta Câmara, vai aplicar sempre a tabela mínima naquilo que diz respeito a esses impostos. E também vou dizer outra coisa senhor Presidente, esta Câmara entrou, o senhor entrou cheio de ideias, cheio de boa vontade, vamos fazer, vamos acontecer, nós não estamos em altura de grandes obras, nós estamos em altura do social, de facto, quem apresentou alguma coisa no social foi o Partido Socialista. E falo no aspeto dos medicamentos, eu vou a uma farmácia cá na Cidade e falo com a senhora diretora, ela diz-me autênticas desgraças, pessoas que não comprem os medicamentos porque não têm dinheiro, e como não têm dinheiro tomam hoje um e amanhã tomam o outro e assim sucessivamente. Esta proposta do Partido Socialista, é uma proposta notável e que deveria merecer atenção desta Câmara, deste Município e de todos nós. Mas o social do Partido Socialista e lembro-me de ter lido aqui há meia dúzia de meses que o social era atirar com 50 milhões, nunca mais me esqueci, nós temos 50 milhões para gastar, atiramos para cima não sei de quê e pronto está o social resolvido, não é assim. O Partido Socialista, apresentou quatro ou cinco medidas no campo social, verdadeiramente notáveis e inovadoras, para jovens casais, medicamentos e por aí adiante. Depois acho engraçado, quando me dizem que não querem, já não é a primeira vez, já no debate dos quatro candidatos que houve na Fundação, nós não queremos hipotecar o futuro. Há gente que já está aqui há meia dúzia de anos, mas não sei se sabem, quando foi essa história de vender os terrenos do Estádio, de destruir o Pavilhão, está aqui um jornalista que escreveu isto, nunca mais me esquece, escreveu que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que ia destruir o Pavilhão e ficava lá um parque de estacionamento. Na semana seguinte foi obrigado a desmentir a notícia e desmentiu a notícia, ele não nega isso, o Pavilhão era para deitar abaixo. Senhor Presidente da Câmara não se ria, o senhor sabe que é verdade, o senhor apoiou sempre isso é verdade, e agente nem sabe se as piscinas também eram para ir, a gente nem sabe até que ponto ia aquilo. O que a gente sabe, é que foi comprado um terreno em

Barrimau, ou prometido comprar por 2 milhões de euros, na altura era necessário e foi desafetado da reserva agrícola, foi feito o contrato de promessa compra e venda, mas depois o destino foi por nós, foi por Famalicão, apareceram oito consórcios a concorrer e aquilo foi uma grande confusão, houve uma ação judicial e o terreno já não foi preciso. Pois esta Câmara, não teve a hombridade de chegar à beira dos proprietários e dizer que não precisavam dos terrenos mas vamos pagar. Foram obrigados a pagar no tribunal e ainda fizeram mais, deram algum em dinheiro, andam aí a defender a natureza e deram uma parcela do terreno de Sinçães em pagamento. Portanto, esse negócio do Estádio e do Pavilhão, iam introduzir uma parceria público-privada que iria endividar o Município por vinte e cinco anos, mais três das obras eram vinte e oito anos. Quando me dizem que não querem hipotecar o futuro para as próximas gerações, vão contar histórias da carochinha a quem quiserem mas a mim não me contam. É já agora, aqui o jovem Deputado do CDS falou em piscinas, também nesse projeto de parceria público-privada, além das piscinas iam fazer mais duas ou três piscinas não sei onde, portanto, uma coisa maquiavélica. E só o destino das ações judiciais que dois consórcios meteram em tribunal parou com aquilo, porque aquilo chegou a ser adjudicado, aquilo estava entregue a um consórcio, com uns empreiteiros de Braga e aparecia lá também um senhor de Famalicão, enfim, e só o destino é que travou aquilo. Vou mais longe, eu nem era para contar isto hoje, mas nem conto mais nada hoje, em relação ao Parque da Cidade eu ainda vou contar a verdadeira história sobre o Parque da Cidade, não vou contar hoje, mas vou contar no futuro. -----

---**JOSÉ LOPES (PS)** – Eu venho aqui, só para fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara, para ver se me respondia na questão do Posto da GNR, ele não me respondeu. Eu como fui membro da Assembleia de Freguesia de Riba D’Ave durante dezasseis anos e nos últimos doze como mudou de côr política, que saiu da CDU e foi para o PSD, durante estes doze anos, todas as perguntas que fiz ao Presidente da Junta, ele nunca me respondeu a nenhuma. Só queria saber se tenho que considerar o Presidente da Câmara da mesma situação.-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Para dizer que, pensámos que este Orçamento a nosso ver e iremos nele votar contra, porque achamos que há um fio condutor nele contido, que nos parece vir no sentido de mostrar um bom comportamento e uma aliança com o poder central no que diz respeito a esta questão que colocamos no início da chamada Poupança do Orçamento Geral do Estado e que atira para cima dos contribuintes, neste caso os Municípios uma grande responsabilidade na obtenção das receitas. Por outro lado, a propósito de transparência e rigor e também de poupança, há aqui assim algumas rubricas, que refletem um pouco e que nos podem dar alguma indicação negativa dessa mesma transparência e rigor. É o caso por exemplo, quando se refere no Orçamento das verbas da modernização para a rede escolar, há aqui um conjunto de obras que passo a citar entre outras, aquela que se refere ao Jardim de Infância de Gondifelos, foi dotada

no Orçamento de 2013 em 150 mil euros e agora aparece para 2014 a verba prevista de 363 mil euros. A que é que se deve esta grande diferença? -----

---As obras de reabilitação também no ensino básico, da escola EB de Bairro, é algo parecido, em 2013 aparece uma verba de 250 mil euros, gastaram cerca de 9 mil euros, não se sabe muito bem em quê, e agora orçasse em 940 mil euros. Porque é uma diferença tão grande, o que é que verdadeiramente mudou? -----

---A remodelação da EB de Lousado, também há uma referência idêntica, em 2013, 250 mil euros e agora em 2014, aparece 865 mil euros. -----

---E finalmente Oliveira Santa Maria, a EB1 em 2013, 150 mil euros e agora em 2014, 295 mil euros. -----

Portanto, achamos que nestas situações tem de haver muito mais rigor, porque esta diferença de um ano para o outro para nós, deixa-nos bastante perplexos dado que é uma diferença substancial. Depois também achamos, que é negativo não aparecer neste Orçamento nada relacionado com investimento para a habitação social, apenas e só a manutenção do que existe. Também achamos e apesar das explicações dadas pelo Presidente da Câmara, relativamente à rescisão de contratos com alguns funcionários e a aderência a esta rescisão, pensamos que no plano atual que é bastante negativo, pensamos que devemos defender, de facto, o trabalho como algo digno, devemos defender que haja estabilidade nos empregos, a Câmara para isso deve dar o exemplo, mesmo considerando o facto de o trabalhador querer algo nesse sentido, deve haver por parte da entidade que neste caso Câmara Municipal o exemplo claro de tentar enfim, elucidar o trabalhador que é com a estabilidade do seu emprego que pode manter uma vida melhor, mais digna e aqui pensamos portanto, que este conjunto que está aqui previsto de cerca de 300 mil euros para a rescisão de um número de trabalhadores das várias áreas, achamos que é negativo esta aderência e este plano. Portanto, aqui a nossa não aprovação também deste Plano e Orçamento. Aliás, no que concerne à questão social e que se embandeira mais uma vez bastante, nós queremos dizer o seguinte, não defendemos mas pensamos, que está criado um fio condutor, de que de alguma forma, nos parece, vir a desembocar numa espécie da indústria da caridade e nós não queremos isto para o nosso Concelho. O que é preciso, de facto, é apostar em investimento sério, em emprego sério, em emprego durável, porque é a única forma a nosso ver, de manter com muita dignidade a vida das pessoas e as pessoas não é algo isolado na vida, o que as rodeia faz parte para bem ou para mal delas, é preciso fundamentalmente um emprego que seja estável e que não andemos toda a vida, ou pelo menos não caminhemos, não façamos nada no sentido de agudizar ainda mais a necessidade contínua de andar a fazer caridade pelas portas. Porque esta é a nova forma de fazer caridade. Os senhores Deputados, sabem muito bem, que outrora a caridade era andar pelas portas, facto

concreto, hoje assistimos, vamos aos supermercados e estão a pedir, vamos a qualquer lado e estão a pedir, a nosso ver isto é errado, as políticas têm de ser alteradas de facto, no sentido de manter com muita dignidade o emprego.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, José Lopes, peço desculpa, mas não percebi que me tinha feito uma pergunta. Dizer-lhe que sobre a questão concreta que me colocou, relativamente ao Posto da GNR, está em curso um processo que envolve o Ministério da Administração Interna, a Corporação de Bombeiros de Riba D’Ave e a Câmara Municipal, cujo objetivo é criar condições para que se encontre uma solução, que na nossa opinião, seria definitiva para o mesmo. Pese embora, as condições atuais, sejam claramente melhores do que aquelas que já existiram no passado recente, que é com certeza do seu conhecimento, diremos que não são as condições ideais. E por isso, consideramos que aquele que é neste momento o Quartel dos Bombeiros de Riba D’Ave e que deixará de o ser muito em breve fruto da construção do novo edifício, que é um espaço adequado para receber o Posto da GNR de Riba D’Ave. A Câmara Municipal está-se a empenhar e está até disponível para se envolver financeiramente no processo. Como sabe, a competência não é da Câmara Municipal, é do Governo, do Ministério da Administração Interna, mas nós não ficamos indiferentes e já está em curso um processo que também envolve a Corporação de Bombeiros, cujo objetivo é criar condições para que lá fique o Posto da GNR de Riba D’Ave.-----

---A questão aqui trazida pelo Deputado Domingos Costa, sobre o problema dos valores entre o Orçamento de 2013 e 2014. Oh! Senhor Deputado, o valor de 2013 era muito inferior ao de 2014 porque a repartição dos valores por ano, mede-se em função da obra executada no respetivo ano. Se a maior fatia de volume de obra é em 2014 e a menor em 2013, é óbvio que no Orçamento de 2013 vem um valor inferior ao de 2014. Porque a repartição da obra em função dos orçamentos, tem por base a obra que vai ser executada em cada um dos anos. E portanto, o que foi levado ao Orçamento de 2013, era a percentagem de obra cuja execução era prevista para 2013. O que vai ao Orçamento de 2014, é a percentagem de obra prevista para 2014, é essa a única razão da diferença entre esses dois Orçamentos relativamente à mesma obra.-----

---**RAQUEL PINTO (CDS/PP)** – Queria dar alguma ênfase ao que acho que o Deputado do PS não deu. Eu sou estudante universitária e jovem deste Concelho, gostaria de dar alguma relevância a alguns pontos, tais como: -----

---Atribuição de bolsas de estudo para igualdade de oportunidades para acesso à frequência do ensino superior. -----

---Atribuição de prémios de mérito ao reconhecer o desempenho académico relevante aos melhores estudantes da Universidade Lusíada e à Escola Superior de Saúde do Vale do Ave. -----

---Prestação de apoios às iniciativas académicas, tendo em conta o papel das instituições do Ensino Superior e o seu movimento académico na doença e sociocultural.-----

---Estas são as dinâmicas que quero ver desenvolvidas no meu Concelho, para mim e para a juventude, senhor Presidente é importante. Agradeço a este Executivo o voto de confiança que foi dado à juventude. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Encontra-se esta Assembleia a discutir e a apreciar aquele que é o primeiro Plano de Atividades e Orçamento do Executivo que assumiu funções após a vitória eleitoral nas últimas eleições autárquicas. Tratando-se de um documento fundamental para que se analisem os propósitos e as propostas formuladas pela Câmara Municipal para o ano de 2014, é tal documento essencial para que afira se o mesmo traduz ou não, o cumprimento das promessas e contratos cívicos que se ajustaram com os nossos cidadãos. Ora, a resposta a tal questão, não pode ser outra que não uma resposta rotundamente positiva. Na verdade da análise do documento em apreço, resulta desde logo a concretização de dois desígnios basilares, a afirmação de Mais Ação Mais Famalicão e a consolidação da aposta na manutenção do nosso rumo. -----

---Mais Ação Mais Famalicão, porque o documento em causa, consiste na carta magna de afirmação de uma série de propostas e propósitos realistas e realizáveis, que demonstra, que o que se esplaneia agora será realizado num futuro imediato.-----

---Mais Ação Mais Famalicão, porque se trata de um documento sério, rigoroso e ao mesmo tempo ambicioso que quando executado, demonstrará que este Executivo quando planeia, faz, quando promete, cumpre, quando pensa, realiza.-----

---Mais Ação Mais Famalicão, porque o documento em análise, não é uma mera carta de intenções, mas sim, um verdadeiro caderno de encargos cuja execução servirá um único interesse e objetivo, servir os famalicenses. Mas se o documento em causa, demonstra seriedade no cumprimento dos propósitos e se assim se demonstra como um instrumento adequado à aplicação de medidas concretas tendentes ao desenvolvimento da nossa terra, é também certo que o mesmo é o cumprimento convicto assumido com os cidadãos, ou seja, manter o rumo.-----

---Manter o rumo, porque é um documento rigoroso, sério e ambicioso, quer no tratamento da despesa, quer no tratamento da receita, assentando assim numa política de rigor e transparência.-----

---Manter o rumo, porque é um documento que tem por fim imediato servir as pessoas e os cidadãos. -----

---Manter o rumo, porque sendo rigoroso e realista, não esquece as realidades de investimento em infraestruturas necessárias para o nosso Concelho. -----

---Manter o rumo, porque é um Plano de Atividade que dá um enfoque especial à área social, à educação, aos jovens e aos menos jovens, e sobretudo aos mais carenciados.-----

---Manter o rumo, porque na senda dos mandatos anteriores, de que aliás muito nos orgulhámos, não é um Plano centralista, tratando assim de forma digna e equitativa todas as Freguesias, independentemente das forças políticas que as lideram. -----

---Manter o rumo, enfim, porque tratando de cuidar de interesses e necessidades das atuais gerações não hipoteca o seu futuro, reservando especial cuidado na consolidação das contas públicas.-----

---Mas manter o rumo não significa prender-se ao passado e por isso, esse documento assenta também na inovação. -----

---Inovar significa, apostar em políticas de desenvolvimento, assumindo o Município um papel de motor e alicerce de novas políticas económicas e sociais. -----

---Inovar significa, apostar de novo e com mais força na coesão social.-----

---Inovar significa, promover a qualidade de vida e afirmação do território.-----

---Inovar significa, fomentar a competitividade consolidando o tecido empresarial, promovendo o investimento do setor privado produtivo e apostando nas novas tecnologias como pilar do desenvolvimento.-----

---Inovar significa também, prosseguir e aprofundar a qualidade da governação autárquica, criando mecanismos de participação dos cidadãos significa projetar a nossa terra a nível nacional e internacional. Por isso, é que aposta este documento, no reforço das participações na área social com o reforço de transporte escolar, com o aumento significativo da concessão de bolsas de estudo, com a tomada de medidas de apoio para obras e arrendamento social, com a criação do novo passe social, com a manutenção dos projetos de apoio às gerações mais idosas, com a criação do lanche escolar saudável. Com a manutenção de apoios às refeições escolares e com a tomada de medidas de apoio social aos mais carenciados. E ainda, com a manutenção da tão antes odiada, mas agora copiada distribuição de manuais escolares. Por isto, é que prevê o Plano de Atividades a consolidação e definição de um projeto educativo local. A reabilitação e modernização da rede escolar do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Por isso é que prevê este documento, medidas para a promoção da saúde, para a habitação, para o desporto e educação. Por isso é que prevê este documento, medidas na área do ambiente, do ordenamento do território, da valorização do espaço público, da manutenção e criação de equipamentos. Por isso é que aposta este documento, na otimização da governação autárquica no incentivo ao turismo, à cultura e à preservação do património. Como é óbvio, o desenvolvimento de todas estas atividades determina a criação de despesa e esta só é possível com a obtenção de receita. A esse propósito se dirá que, contrariando certos espíritos arreigados a conceitos ultrapassados, se assume claramente um acréscimo da despesa corrente em detrimento da despesa de capital. Esta dicotomia, todavia encerra uma falsa

questão, na verdade não importa o acréscimo da despesa corrente, o que importa é que esta seja uma despesa boa e despesa é sempre boa, quando destinada com rigor à satisfação de necessidades coletivas. Longe vão os tempos em que as despesas de capital teriam de assumir papel preponderante, era sinal de que pouco ou nada tinha sido feito e muito havia a fazer. Agora com obra feita, com os equipamentos de infraestrutura lançados e concretizados, necessário será tratar da sua manutenção, da criação de condições para que os mesmos se encontrem aptos para servir os famalicenses. E esta é a despesa corrente e é despesa corrente da qual muito nos orgulhámos. Para fazer face a tal despesa que utiliza dinheiros públicos, ou seja, dinheiros de todos nós, é necessário captar receita e é nesta captação de receita que uma vez mais se mostra o Executivo exemplar. Assim, num quadro de gravíssima situação económica e mesmo até de emergência nacional, em que diminuíram os contributos do estado central, em que terminam ou se esgotam os fundos comunitários, em que em suma as receitas denotam o acentuado decréscimo, sabe esta Câmara cumprir uma promessa eleitoral. Não aumentando a carga fiscal sobre os famalicenses e é pois com satisfação que se vê, que não há uma única taxa, ou um único contributo, que seja aumentado contrariamente ao que sucede com a maioria dos Municípios. Por isso e sem entrar na demagogia fácil e populista de alguns setores da oposição, dizemos e dizemos convictamente, que votaremos favoravelmente o documento ora em discussão, porque assim se manterá o rumo, porque assim se conseguirá Mais Ação e Mais Famalicão!-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu ontem talvez, não tenha sido tão óbvio na minha intervenção, mas eu tinha deixado pelo menos duas questões em relação à Câmara Municipal. Uma seria o cumprimento do direito da oposição de ser ouvido em fase de elaboração do documento de Plano e Orçamento, não ouvi nenhuma resposta por parte da Câmara. A outra questão, qual o entendimento desta Câmara Municipal, em relação à implementação eventual de orçamentos participativos nesta Autarquia. Volto novamente a deixar estas duas questões aqui. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a questão do orçamento participativo, eu costumo dizer que, nós temos o nosso modelo de orçamento participativo, que não é aquele que foi criado em belo horizonte, mas é um Orçamento que me parece, cuja eficácia da participação é maior. É um Orçamento que é resultado do poder de auscultação que a Câmara tem junto dos diversos agentes, que vão desde as Freguesias até as Associações e a muitas outras instâncias. E quando nós fazemos o nosso Orçamento, nós não fazemos o nosso Orçamento dentro de um gabinete, precisamente é feito em função do conjunto de auscultações e das sensibilidades acerca das necessidades de investimento, e que nós conseguimos diagnosticar fruto desse envolvimento permanente com a nossa comunidade. E por isso, embora não cumpra o tal arquétipo do orçamento participativo a que fez referência, é um Orçamento pelo menos participado, se não quiser que eu

use um termo que pode ser tecnicamente incorreto. -----

---Quanto à questão do Estatuto do Direito da Oposição, sabe que este Plano de Atividades foi elaborado num contexto diferente daquele que é habitual, mas o Estatuto se por um lado faz com que a Câmara Municipal, deva auscultar os Partidos com assento na Assembleia Municipal, por outro lado não inibe os Partidos de fazerem chegar à Câmara Municipal sugestões e participações. Mas também quero dizer que, não chegou à Câmara Municipal nenhuma sugestão e nenhuma participação. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, eu sei que hoje deve ser um dia difícil para si, como dirigente partidário do PSD, graças ao chumbo do Tribunal Constitucional, mas ao menos hoje foi uma boa notícia para os reformados e deve-o ter afetado um bocadinho, mas nós não temos culpa. Eu só vinha cá referir duas situações que o senhor Presidente falou, disse que Famalicão é um Concelho interessante e por causa disso cresceu em termos de população. É verdade, mas também devia ter sido honesto suficiente para fazer a comparação com os Concelhos limítrofes. É que o crescimento em Famalicão é inferior ao de alguns Concelhos limítrofes. Portanto, se calhar não é assim tão atrativo. -----

---Outro facto, por muito que se queira o certo é que os impostos em valor e peso subiram. Hoje em dia, num clima de crise em que o desemprego está a um nível a que nunca esteve em Portugal e que os impostos estão a um nível a que nunca estiveram, o que se pede e que se justifica, é que os impostos não subam, baixem. Mas aqui neste caso, a Câmara tem mantido o rumo, é verdade. Por exemplo, no caso da água, que ainda hoje em reunião de Câmara subiu, ou seja, não sobe as taxas mas hoje subiu, é um bocado caricato estarmos a falar nisto. Como é que podemos num clima de crise em que é necessário ajudar as pessoas, em que podemos, temos algo que realmente devemos ajudar, continuamos a subir. E a água está barata? Não, já demonstramos em muitos estudos, quer aqui e quer a nível nacional, que é das águas mais caras que existem. E o que é que nós fazemos? Continuamos a subir. Portanto, não sei como é que se pode dizer que não se sobe, quando sobem. A política que o senhor Presidente, tem de tirar um pão para dar uma migalha, nós realmente, não estamos de acordo. -----

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP)** – O que é que nós temos hoje aqui em discussão, temos e aparentemente pelos números, parece que existe uma diminuição do investimento. Mas na verdade, o que existe é uma reorientação do investimento, do cimento para as pessoas, o investimento continua mas muda é de rubricas. Deixamos é de investir tanto em infraestruturas, ou seja, a informação bruta de capital fixo, é disto que estamos a falar e passamos a realocar a despesa no investimento, cá está ele, mas o investimento nas pessoas. Além disso, lembrando o que foi dito ontem pela oposição, convém lembrar que o Presidente de Câmara, tem a porta da Câmara

sempre aberta à quarta, mas todos os dias recebe lá Múncipes e ainda bem. E por isso não precisamos de um Provedor do Múncipe, o nosso Provedor do Múncipe é o nosso Presidente de Câmara, que é para isso que ele foi eleito. Aqui se vê a transparência e a acessibilidade de um Executivo e não num índice Paulo Morais, mesmo assim e já agora porque ainda há pouco falei de estatística, convém dizer que 56º e numa distribuição normal, que é aquela denominada como aquela coisa a dromedário (nd – curva em forma de sino), ou seja no 1º quartil e no 4º quartil estão as exceções, no meio no 2º e 3º está a norma, a regra, a média e a mediana. Ou seja, nós estamos no 1º quartil e até nisso somos excepcionais. Aliás, depois estive a ver um conjunto de pontos que eram vinculados sobre as organizações dos impostos, não sei muito bem o que eles querem dizer com isso sobre os impostos e o que tem que ver com a transparência? Quanto mais não seja há um índice, mas é mundial, que fala que quando os impostos aumentam, aumenta em princípio a tendência para a corrupção, porque aumenta a tendência para o mercado paralelo, mas isso é um índice mundial e que não me parece bem adequado a uma Câmara. Porque senão, podemos ver as coisas ao contrário e o que é que nós vemos, se não aumenta os impostos, aumenta a dívida, aumenta a dívida e eu acho que vocês sabem como acabou essa história em 2011, não sei mas para mim, mandar um País à falência não é propriamente ser social. Mas vamos continuando ao nível de Câmara, temos agora a questão do peso relativo e assim se brinca com os números, que é o peso relativo dos impostos na receita, o que é que acontece, existe efetivamente uma diminuição do orçamento, existe uma diminuição da receita e por si mesma, porque queremos um Orçamento equilibrado e existe também diminuição na despesa. Há uma verba na receita, que de um ano para o outro diminuiu, por exemplo, relativamente ao QREN; o que é que acontece, nós mantemos a taxa, não é um aumento da taxa mas sim, um aumento percentual da receita. Realmente têm razão, é um aumento da receita no IRS percentual, porque o volume é o mesmo, o bolo agora é menor logo as fatias que lá fazem parte, cada uma delas é maior. Mas mesmo assim, podíamos ver as coisas de outra forma, se temos mais pessoas, temos mais casas, logo temos mais IMI. Se temos mais pessoas, logo temos mais IRS, nós temos a mesma taxa, temos é mais receita. Sobre aquilo que foi falado do crescimento demográfico das cidades, convém às vezes afastar-nos um bocado e ver a floresta e não apenas a árvore. Nós temos dois tipos de migrações, migrações internas e migrações externas. Dentro das migrações internas, temos uma transferência de população do interior para o litoral, daí se vê maioritariamente as cidades do interior ficam mais vazias. Agora vamos a cada uma das regiões, dentro das regiões o que acontece? As capitais de distrito, tendencialmente crescem em população à custa das outras cidades à volta, podemos ver isso facilmente nas cidades mais do interior, felizmente aqui temos algum contínuo urbano, ou seja, quando nós estamos a comparar com Braga não podemos, porque Braga é capital de distrito. Da mesma maneira, que não podemos

comparar no Alentejo Beja, porque Beja é capital de distrito e veja-se o que acontece naquela zona, temos planícies, pouquíssimas pessoas e temos as capitais de distrito maiores, à custa da desertificação e das pessoas que saem da periferia das cidades, que se aglomeram ou no centro das cidades, ou nas capitais de distrito, isto está na Censos 2011 que podem ler. E portanto, é errado querer agora comparar realidades diferentes, nós temos é que ver as coisas de outra forma, Famalicão que está no centro entre Porto e Braga, Guimarães e Póvoa, Famalicão não perdeu gente, porque era muito fácil perdermos gente para os centros urbanos maiores, é um sentido de íman, os centros maiores têm tendência a agarrar cada vez mais pessoas. Assim se explica os grandes centros urbanos de Lisboa e Porto. Já agora um pequeno aparte, nos centros urbanos vê-se um crescimento das cidades dormitório, não creio que Famalicão seja uma Cidade dormitório portanto, aí nem sequer pode ser incluída neste ponto, ou seja, Famalicão é uma exceção.-----

---Já que se falou tanto em índices este ano, vamos comparar, mas vamos comparar com cidades que sejam comparáveis, comparar, com cidades que não sejam capitais de distrito e nestas cidades não sejam cidades dormitório e grandes zonas metropolitanas. Vamos comparar com cidades acima de 100 mil pessoas, que não sejam capitais de distrito, nem estejam em grandes aglomerados urbanos e vamos ver qual é a cidade que mais cresceu?-----

---**RITA PIRES DE LIMA (CDS/PP)** – Ao contrário do que o Partido Socialista quis fazer crer na sua declaração de voto proferida em reunião de Câmara, nos tempos do executivo socialista, a verba livre atribuída às Freguesias não era atualizada a taxas anuais de 10% ou 11%. Se houve dois anos em que o fizeram, nos restantes limitaram-se a utilizar taxas pouco acima da inflação para um valor que há quinze anos representava um terço do que é hoje. Sabendo-se que a taxa de inflação média dos últimos 10 anos foi de 2,4% e que se esperam valores abaixo de 1% para este ano que termina e para aquele que se inicia, facilmente podemos verificar que utilizando este critério as Freguesias já teriam perdido mais de 10 milhões de euros. Aliás, se porventura a inflação se mantivesse eternamente nestes níveis, só daqui a 40 anos a verba livre atingiria o valor que tem hoje. Mas admitindo que, se tivesse atualizado a verba livre à taxa média aplicada pelo executivo Socialista e se o seu valor fosse realmente superior agora, isso não compensaria o diferencial de aumentos perdidos ou adiados desde 2002, nem o que não teria sido possível fazer ao longo destes 12 anos já passados. Na realidade a duplicação da verba em 2002, significou um adiantamento dos eventuais aumentos que poderiam ou não ser atribuídos. Ano após ano, constituindo uma certeza orçamental e um sinal inequívoco da confiança depositada na gestão e na autonomia das Freguesias. A preocupação com as Freguesias foi real e concreta, esta é uma bandeira de que nos orgulhámos e que podemos continuar a hastear, consciente de uma decisão que beneficiou e continua a beneficiar as Freguesias de Famalicão. -----

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – Vila Nova de Famalicão é um Concelho único, como únicos são todos os Concelhos, quanto mais não seja, na perspetiva dos que neles nascem, vivem, trabalham, educam, legam e morrem. Todavia, a centralidade regional de Vila Nova de Famalicão, a afortunada proximidade a inúmeros centros populacionais relevantes, a sua matriz demográfica e a densidade populacional elevada do Litoral Norte Português, conferiram-lhe condições particularmente favoráveis para se tornar um Concelho industrialmente dinâmico e inovador, um Concelho demograficamente jovem, respeitador de tradições seculares e ancestrais, conciliadas com uma modernidade corajosamente abraçada sem hesitações. Criou-se assim, nestas terras, um tecido produtivo invejável, que projetou os indicadores de desenvolvimento humano muito impetuosamente para patamares invejáveis. Com tudo isto, veio um positivo mas assertivo sentido crítico por parte dos Famalicenses, que a dada altura da sua história recente, perceberam que se estava a instalar um imobilismo conformista indesejável, na gestão dos destinos do Município. E muito previsivelmente quiseram mudar, e mudaram, em 2001. Depositaram a sua confiança numa equipa que queria, e acima de tudo, sabia como chegar, a um Concelho melhor, um Novo Projeto Para Famalicão. Todos sabemos a história, todos sentimos no nosso quotidiano, o quanto Famalicão mudou, para melhor, com investimentos cruciais nas redes de Água e Saneamento, na Educação, na Cultura, na Ação Social, na harmonização do central e do periférico, no vencer de barreiras que não eram de distância, mas foram erguidas por uma gestão socialista polarizada politicamente e que não tratava todos por igual. No entanto, novos desafios se colocam, a conjuntura económica deixou a sua marca no caminho de prosperidade que os Famalicenses sempre souberam trilhar, a reindustrialização assente na inovação e no empreendedorismo é a solução que todos sabemos necessária implementar. A atração de investimento é crucial, e assenta numa visão estratégica de apadrinhamento das boas ideias, as que criam riqueza, e empregos, e estabilidade socioeconómica, consequentemente. As bases estruturantes dessa visão estratégica, foram estabelecidas pelo anterior Executivo, liderado pelo Arquiteto Armindo Costa, e vigorosamente reforçadas pelo atual Presidente da Câmara, Dr. Paulo Cunha, primeiro no seu programa eleitoral, e agora na aplicação progressiva e sustentada do seu escrutinado e sabiamente gizado conteúdo. As Grandes Opções do Plano para 2014 e o Orçamento, conseguem elegantemente o equilíbrio entre o idealismo realista do programa eleitoral, e as condicionantes conjunturais. As prioridades são claras e respeitadoras do compromisso assumido com os Famalicenses. Toda esta cristalina lucidez na leitura do Concelho real, inserido num Portugal a atravessar um processo determinante de ajustamento a um Mundo que também mudou e continuará a mudar, afigura-se-nos reconfortante, porque apoiada em medidas justas e equitativas, mas sem descuidar o arrojo de quem sabe que é preciso arriscar trocar o por vezes confortável mas perigoso conformismo, pela inovação e o

desbravar de novos horizontes. Por tudo isto, obviamente iremos aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014. -----

---DUARTE SANTOS (PS) – Muitas coisas foram aqui ditas, algumas eu percebo e aceito que as pessoas tenham textos elaborados com uma riqueza literária muito grande, mas que depois a nós aqui e ao Município pouco dizem, não se traduzem em nada porque parecem mais um prefácio de um livro, uma tese de mestrado, propriamente algo que possa beneficiar este Orçamento. Também ficamos a saber que temos estatísticas para todos os gostos, todos os feitios, o senhor até nos disse aqui que há o quartil e eu tinha percebido quartilho, isto é falta de eu estar envolvido nestas questões da informática e já percebi que o senhor sabe! Mas eu queria-me referir aos compromissos do senhor Presidente de Câmara, uma vez que fez um discurso todo virado para o social e como fez durante o tempo da campanha. E portanto, os compromissos, era suposto senhor Presidente, que após a campanha eleitoral que este Orçamento refletisse a sua vontade social, o seu empenho social em melhorar as condições sociais da população de Famalicão. Portanto, nós estávamos à espera que o senhor viesse aqui dizer, eu mantive os compromissos assumidos e mantive as taxas que tínhamos, era expectável que o senhor baixasse, porque o momento é outro, porque estamos em mais dificuldades, porque se avizinham mais dificuldades e portanto, esperávamos do senhor Presidente essa sensibilidade. A verdade, é que não a teve, a verdade é que disse assim, eu cumpri a lei e apliquei a taxa, a verdade é que aplicou a taxa máxima e podia ter aplicado uma taxa inferior, podia ter aplicado uma taxa menor. Também disse que foi segundo os seus critérios e eu disse-o aqui, o senhor tem direito aos seus critérios para distribuir, o senhor vai distribuir o que é nosso, aquilo que nós damos, os famalicenses, mas naturalmente, que o senhor disse, eu vou dar para este Lar, vou dar aqui para este Cemitério, vou dar para o senhor Presidente da Junta isto e aquilo. A verdade, é que todos nós é que vamos dando todos os dias através destes impostos que o senhor que nos cobrou. E falei dos tais critérios, que o senhor se esqueceu, critérios que é bom lembrar novamente, que as pessoas passam por dificuldades e enumerei-os até, uma série de critérios que o senhor não levou em linha de conta e portanto, apenas teve em linha de conta os seus. -----

---Cara colega de bancada, disse que era estudante universitária, quer um conselho, vá comprando bilhete porque depois pode não haver. Sabe, eu tenho dois filhos, já emigraram os dois, um está em Angola e o outro está na Basileia, está a entender, as coisas estão assim. E não vale a pena o senhor Presidente da Câmara, prometer-lhe que vai pôr Famalicão de uma forma que você possa constituir a sua família, possam viver aqui tranquilamente e muito bem, isso não vai acontecer, só por muita sorte sua. Porque a maioria não vai ter esse prazer como todos nós gostaríamos, eu também gostaria que os meus filhos estivessem aqui, não estão, não podem estar. O senhor Presidente da Câmara não tem a culpa, culpa tem o Partido dele, se calhar também o meu e não vale a pena

ficarmos toda a vida a falar no meu Partido, não vale a pena. Eu se tivesse uma empresa e um dia qualquer tivesse de despedir o administrador da empresa porque a empresa estava mal gerida, eu o que pedia ao próximo administrador que para lá fosse era assim, o senhor tem de melhorar isto, não iria aceitar que ele me dissesse, olhe isto continua uma porcaria porque afinal deixaram assim, eu se mudei é porque quero que as coisas voltem a correr bem. E afinal aqui se falou que a dívida se mantém, a dívida aumenta senhor Deputado, continuamos a aumentar, não vale a pena esconder e tentar tapar o sol com a peneira, porque todos os dias as pessoas vão sofrendo e estão a sofrer, esta é que é a realidade e tudo o resto é retórica política senhor Deputado. E portanto vamos a uma questão central, já que queremos questões centrais, saúde. Eu sei que o senhor Presidente não pode, assim como isto não é para culpar o Administrador do Hospital, também para culpar o Diretor do Centro de Saúde, porque eles não podem fazer tudo e certamente fazem o melhor, mas é necessário que o Município lhes dê uma ajuda, porque muita da sua ação vai depender daquilo que o senhor consiga no poder central obriga-los a fazer. Procurar que haja investimento nas áreas em que estamos necessitados. Hoje o Hospital de Famalicão, certamente não sabem, mas eu vou-lhes dizer, hoje não tem valências, hoje não se formam internos de cirurgia, hoje não se formam internos de pediatria, hoje não se formam internos de ortopedia, sabia disso, senhor Presidente? Tem havido uma desvalorização do Hospital, hoje só a medicina interna é que forma, internos de especialidade. Há bem poucos anos não era assim, isto não é culpa da administração, nem do que lá está, nem do anterior, o que está lá vai sofrer também esta política que o Governo está a impor a todos os portugueses. E portanto, o senhor Presidente da Câmara, aqui é que tem a responsabilidade, tem a responsabilidade de tentar corrigir e ajudar essas pessoas a resolver. É evidente que, o Diretor do Centro de Saúde não tem gente para pôr, mas não vale a pena correr e colocar um em Lemenhe, outro em Nine e aqui e acolá para suprir necessidades, que depois as pessoas continuam com a necessidade e os médicos de família não resolvem os assuntos. E o senhor Presidente Câmara, tem que representar Famalicão e fazer com que nós possamos ter cuidados de saúde em condições, porque isso é básico, os cuidados de saúde de proximidade às populações, estamos a retirar os cuidados de proximidade e as pessoas hoje, estão velhas, têm dificuldades de dinheiro para os transportes, não têm possibilidades de serem atendidas da forma como as coisas estão a ser modificadas. E por isso, senhor Presidente, os seus compromissos de dizer que comprometeu-se a não aumentar os impostos e não aumentou, certamente que isso corresponderá à verdade, certamente concordará comigo que a minha intervenção não foi nesse sentido. A minha intervenção, foi no sentido de que era expectável, uma atitude de uma pessoa que é Presidente da Câmara de todos os famalicenses e que para todos olhasse com atenção, sobretudo que olhasse à conjuntura atual face às dificuldades que temos e que se avizinham cada vez mais fortes. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2014 E RESPETIVAS PROPOSTAS ANEXAS.-----**

**---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO NA GENERALIDADE, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E TREZE ABSTENÇÕES, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2014 E RESPETIVAS PROPOSTAS ANEXAS.-----**

**---FORAM TAMBÉM APROVADAS, POR UNANIMIDADE, AS SEGUINTE PROPOSTAS ANEXAS:-----**

**---CONTRATAÇÃO DE UM OU MAIS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2014, EM UMA OU MAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ATÉ AO LIMITE ESTABELECIDO PELA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO.-----**

**---AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/12, DE 21 DE JUNHO.-----**

**---FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, NA SUA VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E TREZE ABSTENÇÕES, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2014.-----**

**---QUARTO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para apoiar as Freguesias nos termos do número um e dois da proposta apresentada, bem como a validade da deliberação pelo período do atual mandato.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.-----

**---PAULO COSTA (BE) –** Defendemos, o Bloco de Esquerda, entre outras coisas, uma democracia de proximidade, uma extensão progressiva da descentralização nos seus vários campos, o estado central promete há muitos anos uma descentralização mas essa não vai sendo cumprida, que ao menos que as Autarquias Locais o façam. Só podemos votar favoravelmente esta proposta de apoios às Freguesias, apelando no entanto que o Executivo no sentido de propiciar às Juntas de Freguesia mecanismos de apoio para o seu desempenho, no desempenho das suas competências e até das suas novas competências. Não sejam só apoios financeiros como também, técnico-jurídicos e logísticos para um cabal aproveitamento das potencialidades de serviços às populações. Apelamos ainda igualmente, para um tratamento não discriminatório das mesmas independentemente das suas cores partidárias.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR AS FREGUESIAS NOS TERMOS DO NÚMERO UM E DOIS DA PROPOSTA APRESENTADA, BEM COMO A VALIDADE DA DELIBERAÇÃO PELO PERÍODO DO ATUAL MANDATO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----**

**---DOMINGOS COSTA (CDU)** – Apresentou verbalmente a sua declaração de voto. Muito rapidamente para dizer e justificar a razão por que a CDU se abstém nesta proposta apresentada. Nós pensamos, que de facto, estamos a criar uma situação que é atribuir à Câmara, ao Presidente da Câmara, um poder a nosso ver muito discricionário, que abre o precedente da possibilidade neste caso, doar às Freguesias património e poder eventualmente, noutros casos não o fazer. Este precedente pensámos que era preferível e isso sim, trazer sempre à Assembleia Municipal e mesmo assim, achámos que deve trazer todas as situações em que seja necessário transferir para as Freguesias esses mesmos bens. No que diz respeito à parte financeira, pensámos da mesma forma, era importante que em todas as situações que surgir isto a Assembleia Municipal tome pelo menos conhecimento disso. -----

**---QUINTO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais compreendendo a estrutura nuclear, número de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa e dos titulares das subunidades orgânicas de 3º grau. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento. -----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Eu queria-me congratular e o Grupo Municipal do PSD irá votar a favor desta proposta, mas vim aqui basicamente para me congratular, que finalmente a estrutura municipal estar organizada não em função política, mas em função das funcionalidades e das necessidades reais do Município. Toda esta nova estrutura de organização funcional, julgo que, irá perpetuar-se no tempo, pois não está agarrada às estruturas políticas e o que é fundamental para cada vez melhor funcionamento dos serviços. Sem mais considerandos, eu gostaria de desejar a todos um Bom Natal em nome do Grupo Municipal do PSD e também umas Boas Entradas em 2014. -----

**---PAULO COSTA (BE)** – Ainda numa mais brevíssima apreciação e não querendo desconsiderar o Departamento de Assuntos Jurídicos e Contencioso da Câmara Municipal, só lamentar o pretensioso arrazoado inicial do texto que nos foi dado a conhecer, creio um pouco sofrível, mas de qualquer forma, parece-nos que a estrutura organizacional proposta, merece um voto de contemporização por parte do Bloco de Esquerda e como tal iremos abster-nos. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Nós pensámos que esta estrutura, este articulado, deveria merecer uma maior atenção de todos nós e portanto, propúnhamos que esta proposta baixasse a uma Comissão de Estudo para melhor avaliação, quer no que diz respeito naturalmente ao articulado, quer no que diz respeito a alguma fundamentação que aqui é colocada em vários aspetos. E neste sentido, convidávamos os Grupos Municipais a poderem decidir nesse sentido.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, para dizer que reconhecemos plenamente à Câmara o direito de fazer um novo regulamento de organização dos Serviços, iremos estar atentos e a ver a eficácia dos mesmos e não privando em que no futuro virmos cá e apontar alguma situação. Aproveitar também a ocasião, para desejar a todos os senhores Deputados e suas famílias umas Boas Festas.-----

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – Hoje a Administração Pública, confrontada que foi com um conjunto de novas necessidades e desafios, avançou para aquilo que se designa administração “managerial”. Há agora uma preocupação em aumentar a eficiência dentro das estruturas existentes, sendo que as reformas (como a que estamos aqui a discutir) visam diminuir o défice do modelo burocrático e melhorar a gestão orçamental nas organizações públicas, introduzindo a contabilidade de custos e o controlo sistemático das contas públicas;-----

---A reforma administrativa tem sido, aliás, um tema de grande importância para os últimos executivos, com grande ênfase na renovação da funcionalidade dos serviços públicos;-----

---Esta nova abordagem implica mudanças nas estruturas, nos métodos de trabalho e nos procedimentos, implementando programas para a promoção das mudanças culturais, e ainda o desenvolvimento de ações para levar a Administração Pública mais perto dos cidadãos;-----

---Hoje é necessário utilizar novos sistemas de informação, avaliação e controlo de gestão, eliminando a tradicional rigidez da Administração Pública, para que esta possa adaptar-se com facilidade aos novos desafios originados pela globalização;-----

---Na Câmara Municipal, uma parte substancial do trabalho reformista já foi efetuado porquanto toda a estrutura está hoje substancialmente mais eficaz, transparente, célere e articulada com o devir do Município que é o de servir a causa pública, a população e assim potenciar o desenvolvimento local;-----

---Aliás, a conjuntura que se faz sentir atualmente justifica a adoção de ferramentas de gestão na Administração Pública que se constituam numa cultura que não teme as avaliações e acredita que o controlo externo existe não para prejudicar os responsáveis pelos recursos públicos, mas sim para os ajudar a gerir esses recursos da forma mais eficiente e justa possível;-----

---É com enorme satisfação que vemos que entre a opção de 2010, e que apoiamos, e a de hoje, a Câmara Municipal consegue diminuir o universo de departamentos municipais (menos dois), as

divisões municipais reduzem igualmente em duas unidades e se aposta na criação duma direção municipal que vem concentrar em si uma série de mecanismos procedimentais e de auditoria que, mais que vigilância e fiscalização dos serviços, visa mais eficácia, melhor eficiência e mais economias de escala sem prejuízo da qualidade dos serviços. -----

Aproveito agora em nome do Grupo municipal do CDS/PP, desejar a todos um Feliz Natal e Um Bom Ano Novo. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Há pouco inadvertidamente esqueci-me de desejar a todos em meu nome, Bloco de Esquerda, Um Bom Natal e umas Boas Entradas para 2014. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhores Deputados, deu entrada na Mesa uma proposta para constituição de uma Comissão de Estudo apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, relativamente à Organização dos Serviços Municipais. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE Á CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ESTUDO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, FOI A MESMA REJEITADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SEIS VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E DEZANOVE ABSTENÇÕES.** -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS COMPREENDENDO A ESTRUTURA NUCLEAR, NÚMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, SUBUNIDADES ORGÂNICAS, EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES, BEM COMO O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS CHEFES DE EQUIPA E DOS TITULARES DAS SUBUNIDADES ORGÂNICAS DE 3º GRAU, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E QUINZE ABSTENÇÕES.**-----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para lhes dizer, em meu nome pessoal e do executivo, desejar a todos os Membros eleitos Votos de Bom Natal, votos que são extensivos a todos os seus familiares e o desejo que o Ano de 2014 seja um ano repleto de realizações pessoais e profissionais para todos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu formulo igualmente os votos de Um Bom Natal e Um Feliz Ano Novo, se possível em 2014 já sem Troika era muito bom e útil. E advertindo os senhores Deputados, que o senhor Heitor Rui, com a diligência que lhe é própria vai fazer a chamada e por isso quem não responder terá falta. -----

